



> SETAS - 000059 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO EVANDRO GARLA



INDICAÇÃO Nº IND 13336 /2013
(Do Senhor Deputado Evandro Garla)

Em 27 de 10 de 13
Assessoria de Planejamento

Sugere ao Poder Executivo através da Secretaria de Obras do Distrito Federal, providências para construção de bueiros entre o Cruzeiro Novo e Velho, na Região Administrativa do Cruzeiro— RA XI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo através da Secretaria de Obras do Distrito Federal, providências para construção de bueiros entre o Cruzeiro Novo e Velho, na Região Administrativa do Cruzeiro— RA XI.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem por finalidade a construção de bueiro em concreto armado entre o Cruzeiro Novo e Velho.

Os bueiros do Cruzeiro Novo, geralmente entupidos, transbordam e as águas escorrem pelas vias do Cruzeiro Velho causando transtornos aos moradores e motoristas que correm o risco de se acidentarem.

Assim, solicito ao Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, que envide esforços com vistas a atender a reivindicação supracitada, a qual há tempo os moradores estão pedindo a construção de bueiros.

Sendo assim, conclamo aos nobres Pares desta Câmara Legislativa para a aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões, / de 2013.

EVANDRO GARLA
Deputado Distrital- PRB



> SETAS - 000060 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO EVANDRO GARLA



INDICAÇÃO Nº IND 13337 /2013
(Do Senhor Deputado Evandro Garla)

LIDO
Em 17/10/13
Assessoria de Planejamento

Sugere à Administração do Cruzeiro junto a CEB – Companhia Energética de Brasília, iluminação pública no terminal de ônibus, na Região Administrativa do Cruzeiro– RA XI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143 do Regimento Interno, sugere à Administração do Cruzeiro junto a CEB – Companhia Energética de Brasília, iluminação pública no Terminal de ônibus, na Região Administrativa do Cruzeiro– RA XI.

JUSTIFICAÇÃO

A falta de iluminação é uma reivindicação dos taxistas do terminal de ônibus do Cruzeiro Novo que tem sofrido com os constantes assaltos a luz do dia e sendo ameaçados constantemente pelos assaltantes e a tempo os trabalhadores e moradores ficam a mercê colocando suas vidas em risco.

A energia elétrica tem fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade e a população da área referida há muito reivindica a iluminação pública naquela localidade.

Tenho a certeza de que se o pedido for aceito haverá uma melhoria significativa nos índices de criminalidade apontados na região e no bem estar da comunidade.

Assim, solicito a Administração do Cruzeiro, junto à CEB que envide esforços com vistas a atender a reivindicação supracitada, a qual é de grande importância para a segurança dos moradores e trabalhadores daquela região.

Sendo assim, conclamo aos nobres Pares desta Câmara Legislativa para a aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões, / de 2013.

Evandro Garla
Deputado Distrital- PRB



> SETAS - 000061 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO EVANDRO GARLA**INDICAÇÃO Nº**
(Do Senhor Deputado Evandro Garla)

IND 13338 /2013

L I D O
Em 14/10/13
Assessoria de Fianário

Sugere ao Poder Executivo providências, junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal a construção de um posto policial no terminal de ônibus do Cruzeiro Novo, na Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no art. 143, do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo providências, junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, a construção de um posto policial não terminal de ônibus do Cruzeiro Novo, na Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI.

JUSTIFICAÇÃO

O policiamento e segurança são reivindicações dos taxistas que tem sofrido com os frequentes assaltos a luz do dia e ainda sendo ameaçados pelos assaltantes e o clima de insegurança e medo por causa dos frequentes delitos como furtos, roubos a residências, comércio e veículos, apontados como um dos principais problemas enfrentados pela população que estão amedrontadas e aflitas, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais frequente. Os moradores pedem por um posto policial para proporcionar a tranquilidade e o bem-estar de todos.

Dada à relevância da solicitação é que remeto o pleito à apreciação. Razão pela qual entendo oportuna a presente proposta.

Sendo assim, conclamo aos nobres pares desta Câmara Legislativa para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, / de 2013.


EVANDRO GARLA
Deputado Distrital- PRB16/10/2013 17:29
Assessoria de Fianário



> SETAS - 000062 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL*Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa***INDICAÇÃO IND 13339 /2013****(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)**Em 17/10/13
M. S. 12.1
Assessoria de Planejamento

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal o encaminhamento de Projeto de Lei Complementar definindo os limites físicos das Regiões Administrativas do Distrito Federal

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, vem por meio desta proposição sugerir ao Poder Executivo do Distrito Federal o encaminhamento de Projeto de Lei Complementar definindo os limites físicos das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 23 de junho de 2009, o então Governador José Roberto Arruda encaminhou à Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio da Mensagem nº 143/2009, proposição legislativa que resultou no PLC nº 130/2009, dispondo sobre os limites físicos das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Apesar de existirem trinta e uma Regiões Administrativas, até hoje só dezenove possuem seus limites definidos. A falta de definição oficial dos limites das Regiões Administrativas vem ocasionando inúmeras demandas de esclarecimentos no que diz respeito à área de atuação de cada Administração Regional, na definição da base territorial de Censo, na definição do Código de Endereçamento Postal, na elaboração de livros didáticos relativos ao tema "*Divisão-Administrativa do Distrito Federal*", bem como na elaboração de pesquisas tais como a PDAD, que divulga dados por Região Administrativa.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, representada por sua Diretoria Regional de Brasília, vem envidando esforços no sentido de identificar as áreas do Distrito Federal que, embora atendam as normas previstas na Portaria 311/98 do Ministério das comunicações, ainda não são atendidas por Distribuição Domiciliar. Para viabilizar a criação do Código de Endereçamento Postal - CEP foi solicitado ao Poder Executivo delimitações das Regiões Administrativas. Ressaltamos a importância da prestação do serviço de distribuição domiciliar para a população do Distrito Federal.

Tanto os professores da rede pública, quanto da rede privada do Distrito Federal vem solicitando a definição dos limites das Regiões Administrativas, pois este é um assunto que acarreta problemas quando é ministrado o tema referente a "*Divisão-Administrativa do Distrito Federal*", bem como na atualização dos livros didáticos.

Assim, dada a importância do tema para o Distrito Federal, esperamos ver o presente pleito ser atendido em seus termos.

Sala das Sessões, em

Deputada ELIANA PEDROSAAUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
16/09/2013 10h27
SOL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO Nº IND 13340 /2013

(Do Senhor Deputado AGACIEL MAIA)

17 10 13
Assinatura do Deputado

> SETAS - 000063 <

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, requerer o apostilamento dos candidatos sub-judice ao cargo de Agente Penitenciário, aprovados dentro do número de vagas e formados no curso de formação para o provimento de vagas, sob o edital de nº 26 do concurso público 1/2007 – SESIPE de 12 de Janeiro de 2009 – Resultado Final do Concurso Público.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, requerer o apostilamento dos candidatos sub-judice ao cargo de Agente Penitenciário, aprovados dentro do número de vagas e formados no curso de formação para o provimento de vagas, sob o edital de nº 26 do concurso público 1/2007 – SESIPE de 12 de Janeiro de 2009 – Resultado Final do Concurso Público.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação pretende requerer o apostilamento dos candidatos sub-judice ao cargo de Agente Penitenciário, aprovados dentro do número de vagas e formados no curso de formação para o provimento de vagas, sob o edital de nº 26 do concurso público 1/2007 – SESIPE de 12 de Janeiro de 2009 – Resultado Final do Concurso Público.

Cumpre informar que o processo seletivo gerou custo financeiro para o Estado. Cabe, ainda, apresentar que é de conhecimento notório a defasagem funcional nos quadros do cargo de técnico penitenciário acarretando, assim, uma carência de servidores no Sistema Penitenciário do DF.

ADSP
17 10 13 13:21
Assinatura 12496



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

> SETAS - 000044 <

Compete destacar que o apostilamento desses candidatos seria favorável a uma melhor prestação do serviço no sistema penitenciário do Distrito Federal e que a nomeação possibilitaria uma economia aos cofres públicos desse Ente Federado, pois, dispensaria um novo processo seletivo, já que os referidos candidatos foram considerados habilitados ao exercício do cargo, prestigiando, desse modo princípios constitucionalmente previsto no art. 37 do texto da Constituição Federal de 1988.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Verifica-se que com o atendimento do pleito alcançaria um aprimoramento na prestação do serviço penitenciário do GDF, ou seja, o Estado tornar-se-ia mais eficiente nessa atividade essencial.

É oportuno apontar que existem cargos vagos e dotação orçamentária para provimento desses cargos.

Veja que essa solicitação não fere os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, tendo em vista que é um ato discricionário e a medida é equilibrada, proporcional e razoável ao interesse público. Impende apontar que essa prática é corriqueira, à medida que, o Estado apostilam diversos servidores que encontram-se em situação de sub-judice, observe-se que o fato do apostilamento é possível acontecer, haja vista que já existem casos iguais como o da PMDF pelo decreto 28.169/2007 e também como o da PF em 21/01/2008 pela portaria ministerial nº 49 com base no despacho nº 312/2003 (decreto abaixo).

“DECRETO Nº 28.169, DE 07 DE AGOSTO DE 2007 DODF DE 08.08.2007 – REPUBLICAÇÃO DODF DE 16.01.2008.

Dispõe sobre o provimento e efetivação servidores no serviço ativo da Polícia Militar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII e XXXVI, da lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 3º, da Lei 2.299, de 21 de Janeiro 1999, DECRETO:

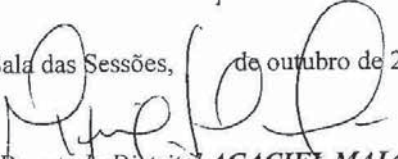


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Art. 1º Ficam providos e efetivados nos cargos que ocupam os soldados policiais militares abaixo nominados que, na condição de sub judice, tenham sido aprovados e classificados no certames regido pelo edital nº 007/91 – PMDF, publicado ao DODF nº 09, de 14 de janeiro de 1991, e que, a qualquer título, tenham realizado o respectivo curso de formação, nele tendo sido aprovados, bem como em todas as fases do concurso em apreço.”

Ademais com o apostilamento dos referidos candidatos que se encontram na condição de sub-judice, V. Ex.^a estará reforçando a segurança do Sistema Penitenciário e resguardando a segurança da sociedade como um todo, tendo em vista que as nomeações supririam, em parte, a carência de pessoal apontada pela própria Secretária de Segurança Pública do DF.

Sala das Sessões, 1 de outubro de 2013.


Deputado Distrital **AGACIEL MAIA**
Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

> SETAS - 000066 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DF

L I D O

Em, 17/10/13

Assessoria de Plenário



RQ 2835 /2013

REQUERIMENTO Nº
(Da Comissão Especial de Transporte Público Coletivo do DF)

Requer o encaminhamento de solicitação de informações e cópias ao Diretor Geral do DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal – do processo em andamento de contratação do Centro de Controle Operacional - CCO

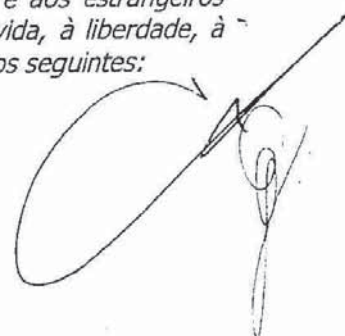
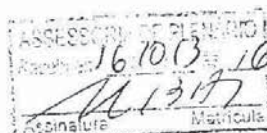
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos à Vossa Excelência nos termos do artigo 40 do Regimento Interno o encaminhamento do presente Requerimento ao Senhor Diretor do DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal, Marco Antônio Campanella, solicitando informações e cópias do processo em andamento, de contratação do Centro de Controle Operacional – CCO.

JUSTIFICAÇÃO

O transporte coletivo público é serviço público essencial e compete ao DFTrans, como órgão gestor do STPC/DF prestar informações que atendam o princípio da publicidade definido na Constituição Federal de 1988, conforme define o artigo 5º, inciso XXXIII:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:



> SETAS - 000067 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
COMISSÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DF

“*XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;*”

Aprovando o presente requerimento, estaremos trazendo ao Legislativo as informações necessárias para o amplo conhecimento das ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Sistema de Transporte Público do DF, facilitando aos legisladores a tomada de decisões que versem sobre a matéria.

Assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação do presente Requerimento.

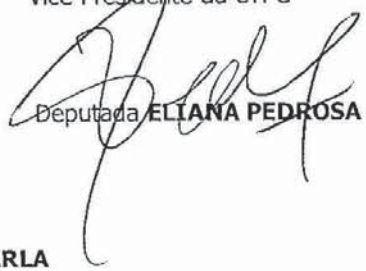
Sala de Comissões em, de outubro de 2013.



Deputado **ROBÉRIO NEGREIROS**
Presidente da CTPC

Deputado **CLÁUDIO ABRANTES**
Vice Presidente da CTPC

Deputado **CRISTIANO ARAÚJO**



Deputada **ELIANA PEDROSA**



Deputado **EVANDRO GARLA**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Prof. Israel Batista**

L I D O
Em 17/10/13
Assessoria de Planalto

REQUERIMENTO Nº DE 2013
(Autoria: Deputado **Prof. Israel Batista**)

RQ 2836 /2013

Requer a realização de Audiência Pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 08 de novembro, às 14 horas, no Plenário da CLDF, para debater sobre "políticas públicas de combate à leishmaniose no Distrito Federal".

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com base no Artigo 145, V do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 08 de novembro de 2013, às 14 horas, no Plenário da CLDF, para debater sobre "políticas públicas de combate à leishmaniose no Distrito Federal".

JUSTIFICAÇÃO

A leishmaniose é uma doença com maior predominância nas áreas rurais, atingindo principalmente os bovinos e equinos contaminados pela picada do mosquito-palha. Já nos centros urbanos, a doença afeta também outros mamíferos, como o cão, o gato, o rato e até mesmo o homem. Em zonas urbanas, os cachorros são o principal reservatório da doença.

Até algumas décadas atrás, a leishmaniose era uma doença de predominância nas áreas rurais. Entretanto, movimentos migratórios do campo para a cidade, com ocupação desordenada do solo urbano, invasão e desmatamento nas periferias, fazem com que estes locais, antes de ocorrência natural da doença, tenham no homem e no cão a fonte de alimentação para os vetores. Além disso, a ausência de saneamento básico e péssimas condições de moradia também contribuem como importantes fatores na propagação dessa doença.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Prof. Israel Batista**

> SETAS - 000069 <

A partir do momento em que a doença também é transmitida à população, a leishmaniose deixa de ser um problema somente de saúde animal e passa também a ser uma preocupação de saúde pública, merecendo a atenção do Estado no combate à doença e suas causas.

Da mesma maneira que no resto do Brasil, a leishmaniose é motivo de grande preocupação para o Distrito Federal. Nos últimos anos foram algumas dezenas de casos diagnosticados em seres humanos e de centenas em animais, que em sua maioria acabam sacrificados, provocando grande mobilização por parte das instituições protetoras de animais. Elas cobram do Poder Público uma postura mais eficiente no combate às causas da doença e se mostram contra a prática da eutanásia em cães infectados, alegando haver tratamento contra a leishmaniose.

Nesse contexto, urge pensarmos soluções para o problema da leishmaniose no Distrito Federal. Para isso, serão convidados para a audiência pública diversos segmentos interessados no tema, tanto da sociedade civil quanto do Poder Executivo, momento em que poderemos debater pontos de vista diversos e chegar às conclusões que auxiliem na elaboração das melhores políticas públicas de combate à leishmaniose.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Atenciosamente,

Prof. Israel Batista
Deputado Distrital - PV





> SETAS - 000070 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

REQUERIMENTO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)L NDO
Em 14/10/13
Assessoria de Planejamento

RQ 2837 /2013 **Requer o encaminhamento de**
solicitação de informação a Secretaria
de Estado de Governo do Distrito
Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal as informações abaixo acerca do Centro Administrativo do Distrito Federal:

1 – Quantos servidores deverão estar em exercício no Centro Administrativo a partir do seu funcionamento?

2 – Quais as unidades governamentais que deverão funcionar no Centro Administrativo?

3 – Quais são as despesas que serão custeadas pela Concessionária do Centro Administrativo a partir do seu funcionamento?

4 – Quais os contratos de aluguéis que serão rescindidos a partir do funcionamento do Centro Administrativo?

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do mandato parlamentar, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete aos Deputados Distritais exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações, autarquias e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de conhecer maiores detalhes em relação ao funcionamento do novo Centro Administrativo do Governo do Distrito Federal.

14/10/13
Assessoria de Planejamento



> SETAB - 000071 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Em vista disso, é importante que a Secretaria de Governo preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

edn



> SETAS - 000072 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

Em

L D O

17/10/13

Assessoria de Pichano

**REQUERIMENTO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)****RQ 2838 /2013****Requer o encaminhamento de
solicitação de informação a
Secretaria de Estado de Saúde do
Distrito Federal.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.009.687/2013.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da aquisição levada a efeito pela Secretaria de Saúde de Aquisição de FOCO CIRURGICO MÓVEL E OUTROS ÍTENS, ao custo de R\$733.330,00 (setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta reais).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

ASSISTENTE DE PICHANO 18/10/13

TC



> SETAS - 000073 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Em 27.10.13

REQUERIMENTO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Assessora de Pienário

RQ 2839 /2013**Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.004.4212013.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da aquisição levada a efeito pela Secretaria de Saúde de Aquisição de insumos para realização de exames de Troponina, CKMB/PCR, DIMERO e BETA HCG, ao custo de R\$ 4.423.119,02 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e dezenove reais e dois centavos), mediante Inexigibilidade de Licitação..

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

TC



> SETAS - 000074 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



L I D F O

REQUERIMENTO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Em, 17/10/13

Deputada do Distrito Federal**RQ 2840 /2013****Requer o encaminhamento de
solicitação de informação a
Secretaria de Estado de Saúde do
Distrito Federal.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.008.816/2013.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da aquisição levada a efeito pela Secretaria de Saúde de Aquisição de Aparelho de ultrassom, ao custo de R\$540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais reais).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada DistritalRECEBIDA EM 18/10/2013 18:28
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

TC



> SETAS - 000075 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

L I D O
Em 17 11 2013
Assessoria de Gabinete**REQUERIMENTO Nº**
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)**RQ 2841 /2013****Requer o encaminhamento de
solicitação de informação a
Secretaria de Estado de Saúde do
Distrito Federal.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal:**

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.009.685/2013.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da aquisição levada a efeito pela Secretaria de Saúde de Aquisição de CARDIOVERSOR BIFÁSICO COM ECG, ao custo de R\$561.600,00 (quinhentos e sessenta e um mil e seiscentos reais).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

RECEBIDA DE PLANO 16/10/2013 16:08

TO

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 90ª
(NONAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO PRIVÊ,
EM CEILÂNDIA.
DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Passa-se aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes atas, tendo em vista que elas foram encaminhadas previamente aos gabinetes dos Srs. Parlamentares; acredito que todos fizeram a leitura e não encaminharam nenhum reparo à Mesa:

- Ata da 88ª Sessão Ordinária;
- Ata da 89ª Sessão Ordinária;
- Ata da 24ª Sessão Extraordinária.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A presente comissão geral, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.787, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, destina-se a debater a regularização do Condomínio Privê, em Ceilândia.

Convido todos os Deputados e demais convidados participantes desta comissão geral a se dirigirem ao plenário desta Casa para início dos debates.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15h30min, a sessão é reaberta às 15h44min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a comissão geral.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir a regularização do Condomínio Privê, em Ceilândia.

Quero, inclusive, convidar os presentes a se sentarem aqui à frente, nos assentos dos Deputados. Hoje, os senhores são mais importantes. Todos podem se sentar aqui à frente.

Convido para tomar assento à mesa: o Sr. Administrador Regional de Ceilândia, meu companheiro e amigo Ari de Almeida; a Sra. Secretária de Regularização dos Condomínios, Ralcilene Santiago da Frota; o Sr. Subsecretário da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Chico Floresta, ex-Deputado desta Casa; o Sr. Presidente da Associação Comunitária do Condomínio Privê de Ceilândia – ACOCP, Antônio Barbosa; o Sr. prefeito comunitário do Condomínio Privê, de Ceilândia, Elvio Meireles; e o Sr. gerente de cartografia da Terracap, Júlio César Reis.

Boa tarde a todas e a todos. Esta audiência pública é para discutirmos a regularização de um setor que é conhecido por todos nós. Eu, particularmente, por morar na Ceilândia, conheço o Condomínio Privê há muito tempo. Inclusive, Socorro, eu tenho a tranquilidade de falar do Condomínio Privê desde a sua origem, porque

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

eu, enquanto Presidente da Associação dos Vigilantes do Distrito Federal, conheci uma das corretoras de imóveis que venderam as terras do Condomínio Privê. Alguns tentam dizer que o Condomínio Privê foi uma invasão, mas, na verdade, as pessoas compraram e pagaram. Dois diretores da Associação dos Vigilantes na época pagaram. Lembro-me muito bem do companheiro Alaor Fernandes, que comprou e pagou por um lote, depois vendeu e se desfez do lote; e do Pedro Paulo, que, hoje, mora no Rio de Janeiro. A pessoa que vendeu os lotes lá, na época, insistiu bastante para que eu comprasse um lote. Eu não tinha moradia, mas também não tinha dinheiro para comprar e não comprei. E ficou aquela situação. Portanto, foi vendido, as pessoas pagaram. Talvez pagaram para quem não deveriam ter pago, mas pagaram.

Depois, nós vimos a situação quando nós chegamos em 1994, com a posse do Governador Cristovam Buarque, eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Fizemos uma campanha muito forte no Condomínio Privê e depois nós fomos...

Refaço novamente o convite ao ex-deputado Chico Floresta para integrar a Mesa, representando o Secretário da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal.

A verdade é que o Condomínio Privê era permeado de nascentes. Ali tinha água cristalina. A situação das habitações lá era terrível. Além disso, havia uma borda de favelas em volta. Lembro-me da favelinha. Acho que todo mundo se recorda de duas crianças que morreram lá. Um dia, quando eu era Deputado Federal, eu estava dirigindo meu carro para o Plano Piloto quando eu ouvi o programa Valter Lima, na *Rádio Nacional*, falar daquela situação e me dirigi para lá. Eu tive oportunidade de visitar uma por uma das casas ali da favelinha. Era um dia que tinha chovido muito e lá embaixo havia verdadeiros rios correndo dentro das casas. Eu pude de lá ligar para o Governador Cristovam Buarque, dizer-lhe a situação que eu estava assistindo ali e que precisávamos dar um jeito naquilo. A verdade é que houve uma negociação com as pessoas que habitavam aquela borda. Eles foram transferidos, se não me falha a memória, para o Riacho Fundo. E veio o processo de colocar água tratada, esgoto, aquela estação de bombeamento de esgoto que tem lá embaixo. Foi muito caro fazer aquele trabalho, porque tiveram que pegar o esgoto, fazer a canalização, a captação e bombear para cima da rede da Ceilândia. Portanto, ali não foi uma obra fácil. Mas nós a fizemos.

Depois, houve a batalha pela questão do colégio. Não se podia construir com material permanente, mas foi feito naquele instante. E foi feita também toda a urbanização do setor. As pessoas passaram a viver ali com dignidade. O Jeová, que era um prefeito comunitário, teve uma participação muito grande na luta pelo condomínio. Temos pessoas que dedicaram a vida... Vejo aqui a Socorro, a Sandra, o Antônio e outros. É uma comunidade muito organizada e unida, e agora entramos na reta final, que é a da questão da titularização e de as pessoas terem seus documentos. A verdade é que as pessoas chegaram, foram ficando com certa idade

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min		90ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

e agora já estão preocupadas. Se amanhã um faltar, a família ficará como? Porque as pessoas moram, pagam IPTU, é uma cidade, mas não têm o título.

Fizemos uma pesquisa, que vou ler resumidamente:

“A área em questão inicialmente foi destinada à implantação do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão - PICAG, onde o Incra repassou o domínio dos lotes do referido projeto a particulares.

Em 1987, o procurador do Distrito Federal Júlio Q. da Costa protocolou pedido junto à justiça do DF para que fossem declarados inexistentes e cancelados as matrículas e os registros cartoriais levados a efeito pelo Sr. Richard Kuoli Lu.

Na petição, o procurador do DF narra de forma sucinta como ocorreu a transferência da terra do Incra para o Sr. Richard. Consta que a gleba onde se localiza o Condomínio Privê foi registrada em nome do Sr. João Macedo da Silva e depois transferida para o Sr. Antônio Eustáquio Gomes, que, por sua vez, vendeu para o Sr. Richard. Este fez novo registro no mesmo cartório, subdividiu o lote original, de 42 hectares, em 21 módulos de 2 hectares, supostamente atendendo ao módulo mínimo do Incra. Mascarou-se um parcelamento para fins agrícolas, com aparência de regularidade em seguida desfeita pela subdivisão do imóvel em 450 lotes de 600m, vendidos clandestinamente, com promessa de outorga e registro das respectivas escrituras definitivas.

Isso aqui, Chico, demonstra a capacidade dos grileiros, não é? Ou seja, eles pegam uma terra do Incra que era destinada a uso agrícola, parcelam-na – o Incra, na época, disse que podia ser de 2 hectares – em 2 hectares e, em seguida, subdividem-na em 450 lotes de 600 metros e vendem. Foi muito atrativo, porque ali, quase às margens do lago, às margens da BR-070, um lote de 600 metros era uma beleza.

“Ainda, segundo o procurador da época, ficou patenteado, sem sombra de dúvidas, que as vendas e requisições entre Richard e Antônio Eustáquio Gomes efetuadas no mesmo dia são fictícias e foram pactuadas com a finalidade de lograr a implantação no referido imóvel, loteamento clandestino, com desrespeito à legislação da época que disciplinava o parcelamento do solo.

Portanto, concluiu o procurador irremediavelmente nulos tanto as escrituras de compra e venda, como os respectivos registros e matrículas. Não consta no processo o desmembramento judicial referente ao pedido do procurador do Distrito Federal em anular os registros cartoriais do Sr. Richard Kuoli. O que é certo é que, daquela época em diante, o Condomínio Privê se consolidou e hoje conta com cerca de 950 moradias.

Atualmente, existe o interesse da Codhab na regularização do Condomínio Privê. As principais informações a respeito do condomínio estão no Processo nº

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

02000734/85, de quatro volumes, localizado no Grupar e requisitado pela Codhab para dar continuidade ao processo de regularização”.

No dia 17 de outubro de 2013, eu, Deputado Chico Vigilante, promovo esta Comissão Geral para discutir a regularização do Condomínio Privê. Convidamos as pessoas que consideramos importantes para discutir, efetivamente, a situação desse condomínio e como daremos legalidade às pessoas que lá moram e não têm como sair. Todos têm juízo e jamais alguém pensaria, em sã consciência, que seria possível tirar aquelas pessoas dali. Portanto, as pessoas precisam hoje de tranquilidade e, para isso, necessitam dos registros. Estamos promovendo esta audiência pública porque tomamos conhecimento, por meio de terceiros, de que a família do Sr. Richard estaria atazanando – essa é uma expressão que usamos no interior do Maranhão, meu estado – a vida das pessoas, dizendo que é dona e que, para regularizar, as pessoas teriam hoje que pagar. Parece que as pessoas dessa família desconhecem completamente a legislação do nosso País. Resolvi promover esta audiência pública – já tive uma reunião com o pessoal do Condomínio Privê – e conversei antes com o Governador Agnelo Queiroz, porque primo por fazer as coisas em sintonia com o Governo, tendo em vista que sou um deputado da base de sustentação do Governo. O Governador Agnelo Queiroz me assegurou, companheiros aqui da mesa, que irá fazer o possível para que essas pessoas tenham seus registros sem pagar absolutamente nada por isso, tendo em vista a situação que ficou patenteada aqui. Que o Sr. Richard e sua família venham cobrar do Governo e não fiquem perturbando o sossego de quem está ali. Alguns nem foram por vontade própria, mas porque não sobrou alternativa. Ou seja, como não lhes era garantido o direito sagrado da moradia, as pessoas compraram, desbravaram, estão lá, construíram e fizeram uma cidade. Não havia nada lá, no início. Como falei aqui, aquilo era tomado por nascentes. Portanto, queremos agora fazer com que o direito sagrado dessas pessoas seja respeitado. O sentido desta audiência pública é que possamos travar esse debate.

Vou fazer uma coisa que sempre faço nas nossas audiências públicas: ouvir primeiro os integrantes da comunidade e, depois, as autoridades. Todos estão de acordo que seja assim?

Começaremos pelo Elvio, que terá cinco minutos para expor o que sabe a respeito, da mesa ou da tribuna, como achar melhor. Esta audiência está sendo gravada e tudo o que for dito aqui depois será gravado em um vídeo que será disponibilizado no *YouTube* gratuitamente ficará à disposição de vocês para o que desejarem.

Concedo a palavra ao Elvio.

SR. ELVIO MEIRELES – Obrigado, Deputado. Primeiramente, quero parabenizá-lo por esta audiência pública, de grande relevância para o Condomínio Privê; e, na sua pessoa, cumprimento os demais componentes da mesa. Agradeço a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

cada morador do Condomínio Privê a presença. Poderia haver mais pessoas aqui, mas é assim mesmo, alguém deve estar à frente, buscando as reivindicações, para depois levar à comunidade esclarecimentos sobre o que as autoridades, o Governo, têm feito em benefício, nesse caso, do Condomínio Privê.

O Condomínio Privê está com 28 anos. Eu, há 20 anos, moro no condomínio. Nós sabemos muito bem as dificuldades que lá enfrentamos e o quanto foi difícil chegar a esse processo de conclusão da legalização do Condomínio Privê. É uma luta que cada pessoa que está aqui conhece bem. Começou lá com Seu Félix, como prefeito comunitário do Condomínio Privê na década de 80, depois o Jeová, e nós continuamos com essa caminhada, reivindicando as melhorias. Que bom que Deus tem ouvido nossas preces e nos encaminhou aqui hoje para concluir através do órgão competente a decisão de governo em relação à regularização do Condomínio Privê.

Deputado, eu gostaria de registrar aqui que é importante, além da regularização, que a gente dê o título dos imóveis para que cada morador possa escriturar, assim que a regularização concluir, e não ficar sem receber como prêmio a certidão de cada imóvel para cada proprietário que lá reside.

Concluindo, quero dizer que, se nesse governo a gente está conseguindo alcançar esse objetivo de grande relevância para cada morador do Condomínio Privê, a gente deve o respeito da generosidade desse empenho, Deputado, porque nós abraçamos a causa do Governo Agnelo. Ainda ficam os nossos agradecimentos por esse processo de regularização.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Elvio.

Durante a fala dos próximos oradores da Mesa, o cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer uso da palavra para tratar desse tema. Poderão falar por até 3 minutos.

Vamos ouvir agora o Presidente da Associação Comunitária do Condomínio Privê de Ceilândia, o Sr. Antônio Barbosa.

SR. ANTÔNIO BARBOSA – Boa tarde a todos. Eu queria aqui, neste momento, agradecer ao Deputado Chico Vigilante por ter nos concedido este espaço e este momento para estarmos aqui presentes para discutirmos realmente o que trata a regularização do Condomínio Privê. Eu queria agradecer a cada um dos moradores que aqui está, que nós convidamos e atendeu o nosso chamado. Hoje eu entendo que cada um tem o objetivo da regularização do seu lote.

Quero dizer que é uma luta antiga dos moradores que caminham nessa direção da regularização, e muito pouco foi feito por esses moradores que residem dentro do Condomínio Privê. E hoje nós estamos com a oportunidade de termos encontrado alguém que se interessa em resolver essa situação, como o caso do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min		90ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

nosso administrador, do nosso Deputado, que tomou a frente com esse objetivo de resolver a regularização e, ao mesmo tempo, a titularização de cada um. Então, nós estamos de parabéns por saber que há alguém nos ajudando. Que Deus abençoe cada um de nós que aqui está, e que nós venhamos a ter êxito na nossa reivindicação.

Meu muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado. Nós vamos ouvir agora o Gerente de Cartografia da Terracap, Sr. Júlio César Reis. Segundo eu estou informado até pelo Presidente Abdon, o Júlio é um verdadeiro arquivo vivo das terras do Distrito Federal. A gente fala muito de arquivo morto, mas o Júlio é um arquivo vivo que a gente quer que continue vivo por muitos anos, viu Júlio.

SR. JÚLIO CÉSAR REIS – Muito obrigado, Deputado. Boa tarde a todos, boa tarde, senhores representantes aqui dos diversos órgãos e dos diversos setores da sociedade, senhores moradores. O direito à moradia é um direito que vem assegurado desde as primeiras convenções de proteção dos direitos humanos. Na Constituição brasileira, merece lugar de destaque. Nós temos aqui o entendimento de que as questões urbanísticas ambientais e as questões fundiárias não podem, sob nenhuma hipótese, estar acima do exercício pleno do direito de moradia das pessoas. Do ponto de vista da Terracap, eu tenho a informar aqui, Sr. Deputado, conforme o senhor já bem relatou, que a área onde se localiza o Condomínio Privê não pertence ao patrimônio da Terracap. Apenas complementando as informações já trazidas aqui pelo Deputado, em 1958, a área onde hoje se localiza o Condomínio Privê foi desapropriada pelo Estado de Goiás, porque, naquela época, ainda não existia o Distrito Federal. Estavam desapropriando as áreas para construção da Capital, e a obra de construção já estava em andamento. Posteriormente, em 1966, a Novacap, que é uma empresa pública do Distrito Federal que antecedeu a Terracap, doou-a ao Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização. É o órgão que antecedeu o Incra. O Inic hoje corresponde ao Incra. A Novacap doou essas terras ao Inic, e o Inic elaborou então o Projeto Integrado de Colonização Agrícola Alexandre de Gusmão – PICAG. Através do Picag, o Incra outorgou títulos de propriedade a diversos particulares.

Então, a bem da verdade, Deputado, essa área hoje realmente, conforme o senhor relatou, não pertence ao patrimônio da Terracap; é uma área que já foi adquirida pelo poder público ainda na década de 1950, mas, com a criação do Picag, ela efetivamente voltou ao domínio privado por meio de outorga de títulos feita pelo próprio Incra. Então, a Terracap não detém informações atualizadas sobre a propriedade e dominialidade e sobre as questões que envolvem a dominialidade dessa área.

Eu desejo a todos muito sucesso ao longo desse processo. O processo de regularização é um processo que exige a participação popular. Existem hoje

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

metodologias e formas de regularização através da Lei nº 11.977, a Lei do Minha Casa Minha Vida, que permitem a regularização de ocupações como essa do condomínio Sol Nascente num grau de dificuldade menor do que o que havia antes da promulgação desta Lei. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sr. Júlio César.

Concedo a palavra ao nosso companheiro e amigo extremamente preocupado com essa situação, Administrador Ari de Almeida.

SR. ARI DE ALMEIDA – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Em nome da nossa Secretária de Regularização de Condomínios, Ralcilene, cumprimento a Mesa. Boa tarde aos amigos e amigas do Privê. Na realidade, Sr. Deputado, nós, como administradores da cidade, temos a preocupação da regularização não só do Condomínio Privê, mas de outras regiões da Ceilândia, como a 22 e a 24 do P-Sul, Setor QNR, Pôr do Sol, Sol Nascente. Mas nós estamos aqui para tratar do Privê.

Recentemente fiz uma reunião e tenho tentado, Deputado Chico Vigilante, chamar de Setor Habitacional Privê. Esse negócio de condomínio dá uma sensação de que é fechado, de que o Estado não pode estar lá dentro, e é o contrário. O Setor Privê, todos sabem que foi um processo em que cada um comprou seu lote, mas depois a infraestrutura e a urbanização quem levou foi o Estado. Então, a gente tenta trabalhar essa questão do Setor Habitacional Privê, que é um local aberto, onde todo mundo entra e sai à hora e da forma que quer. Nessa reunião, nós vimos a preocupação não só com a infraestrutura – o local carece de algumas ações nossas, do governo, e de mim, representando o governo naquela cidade –, mas principalmente com a tranquilidade de resolver esse problema da regularização do Setor Habitacional Privê e automaticamente não só regularizar, porque outro passo depois é escriturar e entregar a documentação para cada um deles.

Eu peço tanto à Secretaria de Condomínios quanto à Sedhab que, quando desse trabalho de regularização, já se caminhe para este norte, de fazer a regularização, identificar quem lá está hoje, como proprietário, e posteriormente fazer o processo de escritura dos lotes. Esse é o anseio, Deputado Chico Vigilante, e eu sei da sua preocupação, porque nós tínhamos tratado disso, sou testemunha da conversa que o Deputado teve com o governador a respeito do Privê.

Eu quero deixar claro aqui para os meus companheiros de governo que o governador passou para a gente que é para resolver a situação do Setor Habitacional Privê. A Administração Regional, tanto para a Sedhab – Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano – quanto para a Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios, quer ser braço dessa regularização. Nós não vamos medir esforços, tanto com o que a Sedhab como com o que a Secretaria de Condomínios passarem, para estar junto com esse pessoal para regularizar essa situação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Eu acho que nosso governo, comandado pelo Governador Agnelo, tem a faca e o queijo na mão para resolver essa situação do Privê, que já se arrasta há muitos anos. O governo criou os órgãos para resolver isso – como a Secretaria de Condomínios, para regularizar esses condomínios –, fortaleceu a posição da Sedhab e da Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional – na regularização, fortaleceu o GRUPAR – Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e Projetos Habitacionais na realização disso.

Então, eu acho que o que nós tínhamos que fazer agora, Chico Floresta e Ralcilene, é tocar esse processo, é dizer o seguinte: que, a partir de agora, tem um norte a regularização do Setor Habitacional Privê. Todos os levantamentos já foram feitos. A Administração já os fez, a Sedhab já os fez, essa Casa já os fez através do Deputado Chico Vigilante. A Secretaria de Condomínios já os tem. Não há por que nós não darmos o próximo passo.

Chico Floresta, sem querer desejar isso, mas todo mundo sabe que o Seu Richard já está bastante avançado na idade. Se nós não pegarmos esse processo com serenidade, daqui a pouco nós não vamos ter que tratar com ele mais, mas com o espólio. Daí a situação vai ficar muito mais dificultosa. Eu acho que para a situação do Setor Habitacional Privê, o momento é esse.

A prioridade de regularização na Ceilândia é o Setor Habitacional Privê porque já está com infraestrutura. O que falta é a regularização e a escrituração. Eu acho que o governo tem que caminhar dessa maneira: o que está mais fácil de regularizar, primeiro. A gente sabe que a parte jurídica dificulta, mas é um setor que já tem a infraestrutura, já tem os endereçamentos, não cresce mais, é aquele pedaço que existe lá. Eu acho que o que nós, como representantes desse governo, tínhamos que fazer é dar tranquilidade para cada morador do setor habitacional com a regularização e a escrituração dele. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso companheiro Administrador Ari.

Quero registrar a presença do Deputado Robério Negreiros, do PMDB, nesta comissão.

Passo a palavra à nossa Secretária de Regularização, a Ralcilene Santiago da Frota, nossa querida amiga Lene.

SRA. RALCILENE SANTIAGO DA FROTA – Eu vou aqui agradecer o convite da Câmara Legislativa, a convocação da comissão geral pelo Deputado Chico Vigilante. Em nome dele, eu saúdo toda a Mesa; saúdo o Deputado Robério Negreiros também, por a estar prestigiando, porque é uma Casa muito preocupada com a regularização, isso é importante; e, principalmente, a comunidade por estar aqui presente.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

Na verdade, desde o começo do nosso governo, sempre foi uma grande preocupação do governador a questão do Condomínio Privê – ainda com o reforço que o Condomínio Privê tem da atuação e com a moradia permanente, lá, do Deputado, que faz um acompanhamento sistemático. Isso também tem sido essencial.

Nos primeiros momentos, nós encontramos algumas dificuldades pela ausência de um certo andamento processual. Isso nós já resolvemos. Nós encontramos o processo. Hoje nós estamos num processo de atualização acelerado do projeto urbanístico. Nós tínhamos uma dificuldade porque o Condomínio Privê não tinha um estudo ambiental. Nós conseguimos montá-lo e fazê-lo, porque, para você regularizar, precisa ter o estudo ambiental. Nós conseguimos avançar no sentido de que, em vez de fazer todo um processo de licitação e ter um estudo ambiental que demoraria um ano, dois anos, até três anos para ser concluído... Nós conseguimos avançar porque o Condomínio Privê, diferentemente de outras localidades – o Deputado e o administrador colocaram muito bem –, é uma área consolidada, é uma área que já tem infraestrutura, é uma área em que você não tem uma ação permanente de invasão, de grilagem, porque já tem toda uma linha, toda uma ocupação permanente. Isso facilita bastante.

Nós estamos realmente numa fase agora de retomada. Tivemos uma reunião com a Codhab na semana passada, fizemos um cronograma para que nós retomemos toda essa parte da análise urbanística e ambiental para fechá-la.

Quanto à questão da dominialidade, sobre a questão da posse da terra, nós temos feito inúmeras pesquisas. Já há quase dois anos a gente vem fazendo essas pesquisas. Temos pesquisas junto ao Incra, estamos vendo junto à própria Terracap, junto à Procuradoria, para quê? Porque há uma questão aqui que o Júlio colocou, o administrador colocou, o Deputado colocou: nós entendemos que a moradia, por ser um direito da população e, principalmente, por a legislação garantir as ARIS – Áreas de Regularização de Interesse Social, que são áreas de regularização de trecho social, tenha tanto a flexibilidade quanto vários instrumentos com os quais nós podemos fazer avançar essa regularização.

Então, eu quero dizer para a população que fique tranquila. É importante fazer o acompanhamento – por parte da Administração, que tem trabalhado junto conosco; por parte da Câmara, especificamente o Deputado Chico Vigilante. E, junto com órgãos como a Sedhab, a Codhab, o Grupar, a Secretaria de Condomínios, nós vamos encontrar a saída para todas essas situações.

Na verdade, a moradia é um direito constitucional. Nosso governo tem um grande compromisso com a regularização dessas áreas de interesse social. Eu assumi recentemente a secretaria a convite do governador, e a orientação dele foi no sentido de que nós façamos de forma ágil e de forma acelerada a regularização dessas áreas. Entre as grandes prioridades do Governo Agnelo está o Condomínio

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

Privê. Estamos avançando nesse sentido. Há, claro, percalços administrativos e judiciais. Não é fácil regularizar, porque, se fosse fácil, Brasília não estava tão irregular. Não é o Condomínio Privê, nós temos a cidade irregular. Então, precisamos, realmente, sair desse campo da irregularidade para avançarmos no sentido de que as pessoas tenham o direito à moradia – mas não só ocupação informal, mas tenham o título, tenham o registro.

Todo o esforço tem sido feito nesse sentido pelos órgãos do governo, todo o esforço tem sido feito pelo Governador e, com certeza, vamos chegar a um bom resultado. Com certeza, conseguiremos chegar à regularização. Pelo nosso cronograma, ela vai se acelerar ainda mais. Temos feito toda uma discussão no governo com todos os órgãos nesse sentido, e achamos que será, realmente, regularizado o Condomínio Privê, se não nesse ano, no máximo no primeiro semestre do ano que vem, finalmente.

Para isso, é importante, realmente, a comunidade acompanhar. Quando a gente fala que as invasões sempre atrapalham, atrapalham mesmo. Reparcimento atrapalha, várias mudanças na comunidade atrapalham. Sabemos que a comunidade do Condomínio Privê é organizada, mobilizada, atuante. Ainda tem a Administração participando diretamente junto com a Câmara, junto com o Deputado Chico e outros Parlamentares que atuam diretamente. Então vamos fazer esse trabalho conjunto para que cheguemos a essas saídas todas.

Estamos discutindo com a consultoria jurídica do governador, com a Procuradoria, com todos os órgãos para que a gente chegue o mais rápido possível ao término. E o término, evidentemente, é a regularização da cidade, de forma que possa dar segurança a vocês e aos filhos de vocês, para que o acesso à moradia seja um direito e não uma situação de ficar o tempo inteiro instável ou com receio de perder o imóvel.

Não é necessário ter essa preocupação. Independente de a área ter sido grilada, ter sido ocupada, hoje as pessoas estão na área, estão há mais de vinte anos, então são questões muito mais administrativas e judiciais que o governo vai tratar, mas tendo claro que o principal é o direito dessa comunidade à moradia. Então, fiquem tranquilos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Secretária Lene Santiago.

Passo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, gostaria de parabenizar V.Exa. pela propositura deste requerimento sobre a regularização do Condomínio Privê, na Ceilândia. V.Exa. está sempre atuante nas causas que envolvem a maior cidade do Distrito Federal, Ceilândia. Gostaria de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

saudar aqui todos os presentes e me colocar à disposição, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo aqui nesta Casa, nos assuntos que envolvam a regularização do Condomínio Privê.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Robério Negreiros. É importantíssima a participação de V.Exa., a gente depende efetivamente dessa comissão. V.Exa. conhece aquele setor, sabe da importância que tem essa regularização, e tenho certeza que a presença de V.Exa. aqui é a garantia de que nós vamos estar emprenhados no sentido dessa regularização.

Concedo a palavra ao nosso companheiro, Deputado Distrital por três mandatos, inclusive ex-Vice-Presidente desta Casa na época em que era Deputado Distrital, representando aqui a Secretaria de Habitação, Sr. Chico Floresta.

SR. CHICO FLORESTA – Boa tarde a todos e a todas. Queria, primeiramente, na figura do nosso companheiro Deputado Chico Vigilante, enaltecer a presença de todos os outros companheiros da Mesa e dizer que agora eu acho que a coisa vai, porque nós temos aqui do nosso lado um Parlamentar de muito denodo, Parlamentar combativo, um Parlamentar que prima por audiência direta com o nosso Governador Agnelo, que tem por ele um imenso respeito, como de resto todo o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores. Ao ver que o nosso Deputado Chico Vigilante abraçou a causa do Condomínio Privê, eu agora acredito que a coisa ande e ande rápido. Vai andar rápido. Disso vocês podem ter certeza.

Primeiro porque a determinação do nosso Governador no tocante à área de regularização é a de definir áreas para que neste último período de governo nós possamos fazer a entrega de todo um trabalho que demandou dois anos e seis meses, que foi sendo feito e que foi exaustivo, do ponto de vista de ajustar toda a legislação do Distrito Federal para que nós pudéssemos ter os instrumentos de fazer o processo de regularização acontecer. Esse foi um trabalho em que todos nós estivemos envolvidos. A Lene, que antes de ser da Secretaria de Condomínios já foi do Grupar, também é uma companheira que deu uma imensa contribuição no Grupar e, para nossa sorte, agora, ocupa a Secretaria de Condomínios porque a gente teve sempre uma sinergia muito grande na construção de um trabalho de governo unificado. Isso é muito importante, porque quando o governo tem secretarias díspares, uma puxa para um lado e uma puxa para o outro, o resultado é zero; não sai do canto.

Então, a nossa Secretaria, comandada pelo Secretário Magela, e a Secretaria de Condomínios, comandada agora pela Ralcilene Santiago, a nossa companheira Lene, sempre confluíram para chegarmos a bom termo no processo de regularização. Foi isso que nos fez apresentar a Lei nº 11.977, internalizada no Distrito Federal a partir da Lei nº 4.996, que foi dessa lavra comum de todos nós que trabalhamos na área de regularização. Então, esse aspecto legal resolvido facilita avançarmos agora

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

nesse processo. Inclusive o nosso companheiro da Terracap lembrou que na Lei nº 11.977 e na Lei nº 4.996 existem instrumentos que podem ser acionados, Deputado Chico Vigilante, como a demarcação urbanística e outros, no caso de uma dificuldade de entendimento acerca da propriedade da terra. Podemos acionar esses instrumentos, e isso agiliza o processo de regularização, porque é evidente que o documento – eu pedi para tirar uma cópia do documento elaborado talvez pela assessoria do nosso Deputado Chico Vigilante – é muito elucidativo no tocante à questão da propriedade da terra quando diz que tem um parecer de um Procurador e que aponta fraude no processo de titularidade daquela terra, no processo registral. Então, isso aqui nós precisamos verificar, não é, Secretária Lene, porque nós não podemos continuar um processo de regularização de maneira célere com uma dificuldade do ponto de vista da titularidade. A contribuição que o Deputado Chico Vigilante deu neste momento é fundamental porque uma regularização em que o governo tem o controle de todo o processo é evidente que tende a ser mais célere. Então nós vamos estudar essa questão aqui e vai nos ajudar a avançar no processo de regularização.

O nosso Secretário determinou à Codhab, e lá na Codhab existe uma diretoria específica para regularização, a Direg, no sentido de colocar o Condomínio Privê como uma das prioridades. Então, temos várias prioridades, dentre elas a regularização do Condomínio Privê. Administrador Ari, como S.Exa. bem afirmou, o condomínio já se chama Conjunto Residencial Privê de Ceilândia. V.Exa. afirmou uma criação da Lei Complementar nº 314, de 2000, que é o PDL de Ceilândia. O Art. 124 dessa lei especifica que o Parcelamento Privê passará a se chamar Conjunto Residencial Privê de Ceilândia. Essa sua preocupação já está atendida e fica de bom tom passar a chamar o local daquilo que a lei determina.

A determinação do Secretário Magela com a Codhab é de agilizar esse processo. Já houve reunião com a Secretária Lene, e não só essa, mas todas as outras prioridades foram estabelecidas, e já temos a discussão do projeto urbanístico, que é uma discussão interna da Sedhab. O Secretário também já determinou que o projeto urbanístico existente – existe um projeto urbanístico, o que é uma boa notícia porque avança – seja revisto. Então, vamos fazer apenas uma revisão do projeto urbanístico, o que é diferente de se contratar um projeto urbanístico, ir a campo para fazer topografia, etc... Isso tudo já existe, Deputado Chico Vigilante, então, nós ganhamos, no mínimo, um ano com isso. Então, vamos fazer apenas a revisão do processo ambiental no Grupar, que está sob o comando da nossa companheira Lene. A ideia é que se dê um parecer terminativo na questão ambiental no Grupar. Então, ao invés de se abrir um processo tradicional de licenciamento ambiental que duraria mais um ano, esse processo vai ser encaminhado por dentro do Grupar e resolvido no âmbito do próprio Grupar, claro que com o acompanhamento da Secretaria de Meio Ambiente.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

É uma conjunção favorável de fatores que nos permitem fazer a afirmação que nossa companheira aqui disse. A nossa ideia é, no mais tardar até julho do ano que vem, alcançar êxito no tocante à regularização do Conjunto Residencial Privê de Ceilândia. Vocês têm de colocar isso lá numa placa bem grande e embaixo colocar o nome do Ari, que foi quem lembrou disso: Conjunto Residencial Privê de Ceilândia. Isso está na lei, está na legislação.

Para concluir, quero dizer que é importante que vocês criem uma comissão de acompanhamento da burocracia do Governo. Aqui temos a prefeitura e a associação. Acho que o nosso Administrador Ari podia tomar a iniciativa de criar uma comissão das pessoas interessadas, além das entidades, para fazer o acompanhamento e a cobrança. O Deputado Chico Vigilante conhece, nós temos 300 mil prioridades. Quando se tem 300 mil prioridades não se tem nenhuma. E quem garante que a prioridade é prioridade é a mobilização das pessoas. Isso é típico do serviço público. Se vocês se demonstrarem interessados, articulados, organizados, essa vai ser a prioridade número 1, porque vai suplantar aqueles que não estão organizados e não demonstram interesse no processo de regularização. Quando se tem muita coisa na mesa para decidir, você acaba pegando aquilo que está sendo pressionado. Governo funciona assim. Então, o nosso Administrador, que tem um amplo conhecimento de toda a cidade de Ceilândia e das entidades, poderia fazer esse papel fundamental de ser o articulador da cobrança dos órgãos de governo envolvidos. O Governador Agnelo passou essa tarefa para o Deputado Chico Vigilante e para o Administrador e creio que ele tenha a capacidade – já demonstrou isso no decorrer desse período – de conseguir juntar esses esforços todos no âmbito do governo para que tenhamos êxito, e no Natal do ano que vem vocês estejam com a escritura na mão comemorando aquilo que é direito de vocês.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso companheiro Chico Floresta.

Antes de passar a palavra para as pessoas do plenário que estão inscritas, Chico, eu tenho uma boa sugestão, porque eu tenho como prática das nossas audiências públicas sair para um acompanhamento permanente até resolver o assunto. E antes mesmo de terminarmos a audiência, eu já estou marcando para o dia 23 de novembro – é bom já colocar na agenda –, é um dia de sábado, nós vamos fazer uma reunião lá no Condomínio Privê com todos que estão aqui na Mesa. Vocês vão ficar encarregados de chamar a comunidade, para que a gente veja o acompanhamento, o que nós andamos. Às 10 horas.

O Ari vai arrumar o lugar. Pode ser na sede da prefeitura. Vamos chamar todos para mostrarmos o que nós andamos em trinta dias, e dali planejarmos os próximos passos, até resolver definitivamente a situação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

Eu quero registrar aqui a presença do Celso Bianchi, importante jornalista e radialista que comanda um programa junto com Toninho Pop chamado Os Cabeças da Notícia, na *rádio 104 FM*. Quero até pedir ao Celso que amanhã anuncie a decisão do governo de regularizar o Condomínio Privê, custe o que custar. Isso é compromisso que a gente está assumindo.

Passo a palavra ao ministro afro religioso Talaguibonan.

SR. TALAGUIBONAN – Boa tarde. Primeiramente parablenzo os integrantes da Mesa. E muito me apraz saber nesta oportunidade que o Governo do Distrito Federal está agindo de maneira sábia e correta com relação ao histórico das terras do conjunto residencial Privê.

Não pretendo aqui nesta oportunidade ser repetitivo, mas diferentemente de outras reuniões que nós já tivemos, até mesmo em nosso conjunto residencial, eu fiz uma breve síntese do histórico do Privê e daquilo que conheço das terras hoje lá existentes.

Em 11 de junho de 1969 foi realizada a reversão da área onde se localiza hoje o Conjunto Residencial Privê, nome instituído pela Lei nº 1.716, de 9 de outubro de 1997. Essa reversão foi feita pela Novacap à União Federal, por intermédio do INIC, passando dessa forma para a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Em 15 de dezembro de 1977, a Novacap transferiu à União Federal, neste ato representada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), o imóvel em questão. Em 1979, o Sr. Richard Kuoli Lu adquiriu de João Macedo da Silva o imóvel denominado lote 457, gleba 03, do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão.

Em maio de 1985, resolveu à época o que se dizia proprietário, Sr. Richard, desmembrar a propriedade, transformando-a em condomínio fechado, constituindo assim o Condomínio Agrícola Privê, no período de 1987 a 1990.

Eu vou falar um pouquinho por causa do tempo, e gostaria de registrar aqui o posicionamento do Incra. Declaração extraída dos autos do Processo nº 17.580, de 1991, que foi proposto perante a 1ª Vara Cível da circunscrição judiciária de Taguatinga, onde o Sr. Richard, à época, requereu a reintegração de posse das terras. Inclusive, já existe um espólio referente àquelas terras quando do falecimento da esposa do Sr. Richard.

Pois bem, o Incra aduziu que em 18 de abril de 1996 estaria comprovado nos autos do processo, de forma incontestável, que o objeto da demanda integra o patrimônio da União Federal. Disse ainda que a autarquia federal outorgasse o título definitivo concernente à área em questão, mediante condições resolutivas. Ou seja, essa condição resolutiva era uma das formas de extinção do contrato. Essa cláusula

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

resolutiva dizia que se a terra fosse deixada a terceiros, todas as outras escrituras seriam nulas.

Em 1976, João Macedo da Silva procedeu à transferência do lote a Richard Kuoli Lu. Decorrido aproximadamente seis anos, Richard e sua esposa transferiram o imóvel para Antônio Eustáquio Gomes. Surpreendentemente, Antônio Eustáquio Gomes, na data supra, alienou o lote a Richard Kuoli Lu em 21/12/1987, que transferiu a área para 22 pessoas.

Do aduzido, verifica-se que o outorgado João Macedo da Silva alienou o lote de forma indevida e em total desrespeito ao disposto nas cláusulas do título definitivo de propriedade outorgada ao mesmo. Dizia a cláusula terceira do contrato que ficaria preservada a destinação da área com obrigatoriedade do outorgado, no caso, o Sr. João Macedo da Silva, de cumprir as exigências estipuladas nesse título, sendo-lhe vedada a alienação sem prévia anuência do Incra. Ressalto que não houve em momento algum na transação de transferência do imóvel a anuência do Incra.

Possuo em mão até mesmo a certidão do Incra à época, que extraí dos autos do processo, alegando que realmente não existiu nenhum tipo de autorização para que o Sr. João Macedo procedesse à alienação do imóvel a terceiros. Em todas as demandas ajuizadas, não há nenhuma prova inequívoca de que o Sr. Richard algum dia ostentou a posse do imóvel. Conclui-se que não se pode pedir a reintegração de posse de quem nunca teve a posse do pretendido imóvel.

Essas são minhas considerações. Eu pesquisei e extraí dos autos dos processos que se encontram arquivados no Fórum de Taguatinga, porque em 1990 o Sr. Richard entrou com a ação de reintegração de posse face aos moradores que lá existiam.

A outra questão que trago à Mesa, só para o encerramento, é que nós estamos enfrentando hoje no Conjunto Residencial Privê uma invasão de área pública que nem sei se pode ser denominada mesmo de pública, porque, afinal de contas, nem mesmo o governo hoje tem total certeza da propriedade daquelas terras.

Nós temos uma área hoje localizada próxima ao posto de saúde da cidade que foi invadida por um templo religioso. Aproveito para esclarecer que a minha indagação não é contra a entidade religiosa, seja ela de qual religião for, mas sim contra o ato. Eles instalaram lá uma cerca, colocaram uma placa dizendo de quem era a propriedade e informaram a matrícula do imóvel.

Eu fui até o cartório de imóveis requerer a matrícula, porque é um ato público, e na matrícula consta como proprietário o Sr. Richard. Não há nenhuma averbação nesse cartório com relação à nova aquisição por um novo dono.

Meus agradecimentos. Muito obrigado. (Palmas.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		17	

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Talaguibonan. Eu quero pedir a você que deixe conosco, para tirar cópia, a pesquisa que você fez, que é muito valiosa. O pessoal vai pegar para tirar cópia e vamos disponibilizá-la para a Mesa, vai ficar também para o relatório final desta nossa audiência pública. É importante quando há pessoas organizadas na comunidade que pesquisam; isso ajuda efetivamente as autoridades a fazerem bem feito.

Concedo a palavra a uma pessoa que conheço há muito tempo, pela qual tenho um carinho profundo, por sua dedicação às causas coletivas. De vez em quando, Chico, Lene e Ari, quando alguém falece no Condomínio Privê, a primeira coisa que ela faz é ligar pedindo que a gente ajude, que arrumemos um ônibus das empresas para fazer o transporte das pessoas para irem ao velório. Eles vivem realmente o sentido da comunidade, de apoiar, chegar perto, ajudar nas horas mais difíceis.

Eu vi um dia quase o desespero da Socorro. Uma senhora estava lá numa situação extremamente difícil, e ela mobilizando a comunidade toda para poder ajudar – era uma mulher que havia chegado há pouco tempo do Ceará. Portanto, ela é uma verdadeira humanista, a nossa Socorro Bezerra.

Você está com a palavra, Socorro.

SRA. SOCORRO BEZERRA – Boa tarde a todos, ao pessoal que veio do Privê. Eu não estou vindo do Privê, estou vindo da Ceilândia. Boa tarde a vocês da Mesa.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer muito à Deputada Érika, porque foi por intermédio da companheira que demos o pontapé inicial na legalização. Foi ela que foi com a gente na CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional – brigar lá com o Magela. Inclusive, tivemos uma boa discussão.

Agradeço também a você, Chico, porque se não fosse você, hoje nós não estaríamos aqui, porque você sabe o que aconteceu lá na Codhab, não é? Eu te passei. Eu acredito que agora sai. A gente só teve dois governos do PT nesses últimos tempos. No governo do Cristovam, tivemos esse mesmo processo: tirarmos todos os documentos. Estava tudo pronto para a legalização, acabou o governo e não aconteceu, mas eu acredito que hoje, como a gente já é parceiro, vai sair. Eu acredito que você não vai abandonar a gente nessa guerra. Agora tem o companheiro Ari, que está sendo grande companheiro na Ceilândia. Eu ando na rua – você não sabe, mas eu estou acompanhando o seu trabalho. Parabéns, viu Ari? Ceilândia está bem.

Eu acredito, Chico, que agora sai, porque no Governo do Cristovam, realmente, a gente fez muito trabalho. Ele trabalhou muito pelo Privê, mas a decisão final, que era a legalização, ele não fez. Tiramos todos os documentos – não sei se você estava na época. Fomos ao cartório, tiramos os documentos, todo mundo levou os documentos, mas você sabe que foi barrado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

Eu espero, companheiro, que desta vez nós vençamos mais uma vez. E pode contar conosco lá do Privê, que estamos firmes com você. Eu até gostaria muito que, depois dessa audiência, você fizesse um cartaz para que a gente colocasse no Privê mostrando que você está com a gente. Você sabe que eu levo nas costas o Chico Vigilante no Privê, porque as pessoas falam: O Chico não vem aqui. Naquele dia, você viu lá! E eu falo que o Chico é o único cara que todo dia, praticamente, está no Privê. Vocês é que não sabem, mas o Chico está na minha casa sempre. O Chico dá uma voltinha e me liga perguntando: Socorro, tu estás em casa? Eu digo: Estou. E ele diz: Estou indo à tua casa. Eu passo os problemas para ele e ele abraça, sabe? Ele é um companheiro e tanto.

Eu quero agradecer a você, mais uma vez, porque nós temos muitas mulheres que hoje vivem do seu trabalho por causa do trabalho do Chico. Ele fez com que aquelas mulheres hoje tivessem renda sem precisar sair de casa, fazendo o seu bordado, fazendo a sua pintura. Isso foi graças a você.

Então, mais uma vez, companheiro, muito obrigada. Muito obrigada mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Socorro. Obrigado mesmo, de coração.

Concedo a palavra ao Maurício Albuquerque, líder comunitário.

SR. MAURÍCIO ALBUQUERQUE – Boa tarde. É com muito prazer, Deputado, que estamos aqui juntos. Estamos com a nossa comunidade e com o nosso Deputado Chico Vigilante, que está aí como presidente dessa reunião representando todas as outras autoridades do governo.

Está presente também o senhor Antônio, que é o Presidente da Associação de Moradores do Condomínio Privê, e o nosso Prefeito Elvio Meireles. Boa tarde a todos os moradores e moradoras do Condomínio Privê e aos representantes de outras entidades.

Na realidade, eu fui um dos fundadores da primeira associação de moradores do Condomínio Privê, mais ou menos, no ano de 1994. Naquela época, nós fizemos várias reivindicações, das quais hoje muitas já foram atendidas. São os colégios, o salão comunitário, os postos de saúde e outras benfeitorias feitas pelo governo.

Só que, Deputado, eu gostaria, já que nós estamos nessa audiência, de dizer que temos quatro problemas dentro do Condomínio Privê que não foram citados aqui até agora.

Primeira situação – hoje tem, mais ou menos, 1200 lotes no Condomínio Privê. Lá tem lotes de 600 metros, que é o modelo original do projeto, e lotes com 60 metros quadrados. Então, eu gostaria de alertar à Secretária, juntamente com nosso Deputado e nosso administrador, para fazer esses levantamentos para que nenhum dos moradores saia prejudicado em termos de quantidade de metros dos lotes.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

A outra observação que estamos fazendo aqui é a respeito do projeto de gabaritos das construções que existe lá hoje. Nós sabemos que no Sol Nascente só pode fazer até um pavimento. Não é isso, Ari? Acho que sim. E lá no Condomínio Privê, há construção até com três pavimentos. Três ou quatro, se não me engano. Então, a gente gostaria que vocês – porque nós somos da base aliada do governo também, o Ari sabe disso, nós estamos aí lado a lado –, olhassem com maior carinho essas construções lá no Condomínio Privê para fazer uma adequação no projeto urbanístico de legalização dos lotes.

O outro problema é o nosso esgoto, o sistema de esgoto, que é uma grande reclamação. O Ari é ciente, é sabedor desse aspecto. O esgoto lá tem várias obstruções na canalização. Nesse sentido, eu gostaria que se fizesse um estudo – isso aí é a parte do nosso Deputado Robério Negreiros, responsável por questões do meio ambiente – para adequar essa situação e amenizar esse problema.

Outro problema diz respeito às águas fluviais que descem do Setor O, atravessam a BR-070 e adentra o Condomínio Privê. Há cerca de seis a sete anos, a comunidade vem sendo prejudicada nesse período de chuva. Há alagamentos. Há grande alagamento na primeira e na segunda rua e alagamento do posto de saúde também.

A gente gostaria que a nobre Secretária, juntamente com o nosso representante, o Secretário Chico Floresta, olhasse essa situação e fizesse um projeto para resolver esse problema ali na entrada do nosso Condomínio Privê.

Outra situação também muito delicada é o depósito de lixo que existe do lado da igreja católica. Há várias reclamações a respeito daquilo ali. A própria igreja católica – com razão – e outros membros da comunidade têm reclamado daquele depósito de lixo, no qual pessoas que não têm residência fixa estão se aglomerando, e a comunidade está preocupada, porque acreditam que isso pode prejudicar a comunidade. A comunidade não tem sossego com aquele tipo de pessoa que está ali fazendo uma residência provisória dentro desse lixão. Eu gostaria que aquelas pessoas fossem retiradas de lá, para evitar um problema maior na nossa comunidade.

Deputado Chico Vigilante, nós estamos muito satisfeitos com essa sua iniciativa, pois nós nunca tivemos essa oportunidade. Eu venho até servir de companheiro à irmã Socorro e ao irmão Antônio nesse debate que o Deputado Chico Vigilante está proporcionando aqui na Câmara Legislativa para a nossa comunidade do Condomínio Privê.

Agradeço mais ainda pelo nobre Deputado ter a iniciativa de propor outra reunião para o dia 23 de novembro, sábado, às 10h, lá dentro do nosso setor, numa reunião muito mais abrangente, com mais moradores. Não é, Ari?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Eu fico agradecido, fico feliz. Contem com a gente. Nós somos parceiros do Governo desde o primeiro instante até agora e vamos permanecer até o final. Vamos conseguir êxito no próximo pleito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro Maurício Albuquerque.

Quero registrar a presença do Presidente desta Casa, nosso companheiro de partido, Deputado Wasny de Roure; do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nosso companheiro, Deputado Chico Leite, do Partido dos Trabalhadores; e da nossa companheira Deputada Federal Erika Kokay.

Passo a palavra, para uma saudação, ao nosso Presidente, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente desta comissão geral, Deputado Chico Vigilante, cumprimento V.Exa., como também a nossa querida colega, hoje Secretária de Regularização dos Condomínios, Lene, e parabenoza pela tarefa que tem diante de si. Cumprimento o Administrador Ari, que tem uma larga folha de serviços e vem desenvolvendo um trabalho muito positivo naquela cidade, que é a maior cidade no Distrito Federal. Cumprimento meu colega e ex-deputado Chico Floresta, representando aqui o Secretário Geraldo Magela. Cumprimento o Dr. Júlio César, que vem fazendo um belíssimo trabalho quanto ao sistema cartográfico, sobretudo na questão do debate do mapeamento das terras públicas do Distrito Federal, Terracap, GDF, União. Hoje a Terracap tem um *site* que é uma verdadeira ferramenta preciosíssima para quem faz esse tipo de discussão. Cumprimento a Terracap na pessoa do Dr. Júlio, que temos ouvido em várias oportunidades. Cumprimento o Presidente do Condomínio Privê, Sr. Antônio Barbosa. Cumprimento Elvio Meireles, que é policial militar e morador e tem essa dupla militância na comunidade e entre as lideranças da Polícia Militar. Cumprimento toda a comunidade que veio a esta Casa para aprofundar um assunto que merece cuidado da nossa parte.

O Deputado Chico Vigilante tem tido um papel muito importante, Lene, sobretudo nessas terras em que há conflitos fundiários como também processos de ocupação. O Condomínio Privê é um deles. Até por ser morador de Ceilândia, S.Exa. tem tido esse cuidado, como também em outros condomínios, como o Porto Rico. Condomínio é um modo de dizer, porque, na realidade, é um loteamento. Só pensam em fazer lotes e vender, não têm a mesma cautela com os equipamentos públicos e equipamentos coletivos.

Nesse sentido, fazer esse trabalho é uma tarefa muito difícil, porque, se é difícil implantar um loteamento, mais difícil ainda é, depois de implantado, estabelecer a sua regularização. Mas, para se fazer esse tipo de discussão, já é tarde

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

demais e não é o alvo desta reunião. O alvo desta comissão geral é saber em que etapa se encontra o processo da regularização.

Eu tive a oportunidade, porque estava na minha sala atendendo a vários pedidos de audiência, de ouvir o Chico e a Lene, e isso nos ajudou a ter um pouco de clareza. Por isso, fiz questão de estar aqui presente para dizer para a comunidade que, uma vez o assunto sendo capitaneado nesta Casa por um Deputado da envergadura do Chico, que é uma pessoa idônea, responsável, tem todo o respaldo não apenas meu, mas de um grande número de colegas Parlamentares que sabem da responsabilidade com que o Chico conduz seu mandato, que é focado essencialmente no interesse da coletividade.

Agora, permita-me, Deputado Chico Vigilante, apenas pontuar um último elemento, que é uma responsabilidade nossa, Ari: hoje, mais de 50% dos imóveis no Distrito Federal não têm escritura. Vocês hoje são a maioria. Não era desejável, mas é a realidade. Essa informação não é minha, essa informação é da Codeplan e é recente. Nós temos um contencioso muito grande, inclusive em áreas como Paranoá, que é uma cidade mais do que consolidada. Em São Sebastião, vamos ter uma audiência agora para dar os primeiros passos da efetivação da regularização de São Sebastião, que é uma cidade que nasceu das antigas olarias.

O Chico Floresta fez uma sugestão aqui à comunidade que eu gostaria de repetir aqui, Presidente do Condomínio Privê, porque eu estava prestando atenção lá: a comissão de acompanhamento. Porque governo, com todo respeito ao compromisso que nós temos com este governo, é governo: sofre uma pressão enorme, e há muito feriado, muita dificuldade, muita gaveta. Precisa dessa pressão, porque, como já dizia alguém, governo e feijão são a mesma coisa na panela de pressão: precisam da pressão para poderem funcionar, no bom sentido.

Nesse sentido, a Casa está dando início, no dia de hoje, às audiências para tratar, primeiro, da área de tombamento. Hoje houve uma audiência do PPCUB, que durou até quase às 14h, aqui no nosso auditório. Hoje à noite, haverá a primeira audiência da Luos. A nossa previsão é de votarmos, neste ano ainda, essas duas proposições.

Portanto, eu insisto, Antônio, que a comissão de acompanhamento e intersecção nesse debate como um todo é de fundamental importância. Noutro dia, eu visitava o Condomínio Eldorado. Acho que poucos aqui sabem onde ele fica, porque uma parte dele fica em Goiás e outra parte fica no Distrito Federal. Ninguém sabe quem manda lá, ninguém sabe quem é o responsável por aquilo lá. No entanto, é uma realidade que reporta ao Distrito Federal. Então, não tem disso. A população quer energia, quer pavimentação.

Chico, você está de parabéns. Não é a dificuldade que deve nos inibir, é a dificuldade que deve desafiar um parlamentar que tem compromisso com a comunidade. Muito obrigado e parabéns.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro Deputado Wasny de Roure, nosso Presidente da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Pastor Ricardo Rabelo.

SR. RICARDO RABELO – Eu quero dar boa tarde a todos os presentes e também à Mesa.

Foi feito um questionamento hoje à tarde, e eu queria apresentar um dos grandes problemas hoje não vistos no conjunto residencial Privê. Eu sou representante da igreja que o nosso amigo Talaguibonan chamou de invasora. Sou o pastor presidente do ministério Renova Senhor, entidade que cercou a área no conjunto residencial Privê.

Todo o aspecto documental do Privê já foi mencionado. Eu quero esclarecer que, no ano de 1999, o então proprietário, pelo menos documental, o que consta no Cartório do 3º Ofício de Imóveis do Distrito Federal, Sr. Richard Kuoli Lu, cedeu-nos uma terra para edificação de uma igreja dentro das margens do Conjunto Residencial Privê, lei citada nesta tarde. Buscando a legalidade dessa doação, nós procuramos todos os órgãos legais do Distrito Federal para que não fizessemos uma atuação ilegal. No ano de 2002, nós buscamos junto à Secretaria de Habitação, à época, informações sobre o registro da área. Passaram-nos a informação de que a área era realmente particular, e começamos a desenvolver um trabalho social no Conjunto Residencial Privê, conhecido por todos os moradores do local, buscando uma estrutura maior para atendimento social daquela comunidade.

Tenho certeza de que os diretores, presidentes, secretários do estado têm visto a legalidade do nosso pleito, pois há registros de 2004, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2012, quando por último buscamos a titularidade da terra, impossibilitada pelo processo jurídico do Conjunto Privê.

Está registrado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, antiga Seduma, um processo de utilização de área pública com nº 4.865, de 2006, que posteriormente foi questionado pela administração regional, porque se tratava de uma área particular. Então, existe uma confusão enorme entre particular e público, no que se refere ao Privê. A administração, de acordo com o parecer, diz que é particular, mas realmente não se sabe se é particular ou público. Mas a igreja recebeu uma doação e hoje, amparada pelas leis de regularização de áreas da igreja, conforme registro junto à Terracap, junto à Sedhab, com base na Lei Complementar nº 806 e alterações, nós simplesmente cercamos aquilo que está em processo de regularização. Cito o número dos processos de regularização que a igreja tem como benefício: Processo nº 0304865, de 2006, e processo nº 390007579, com base na Lei nº 806.

Portanto, Talaguibonan, eu queria informar que aquilo não é invasão. Aquilo é uma cerca feita em uma área em processo de regularização. Você questionou isso e eu estou lhe dando essa resposta.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

Outra coisa: eu gostaria que, Chico, com muita intimidade, porque sou seu vizinho lá no P Sul, nesta vista de regularização, acompanhassem todos os processos, todo o histórico do Condomínio Privê, porque hoje existe não só a Igreja Renovo do Senhor, a qual represento, mas a igreja católica também, na mesma faixa de terra, que não possui documentação. Temos um colégio – a Escola Classe nº 63 – que atua com demanda de benefício popular. Não sei bem o termo porque não sou jurista, mas atua sem título de propriedade. Temos um posto de saúde que atua – é meu vizinho – sem título de propriedade.

Então, nessa regularização eu gostaria que fossem vistas não somente as áreas residenciais, mas também as áreas especiais. Digo mais uma vez, o Ministério Renovo do Senhor, igreja que represento, não é invasora. Ela é uma igreja que está cercando e ocupando uma área que tem processo de regularização muito antigo. Inclusive, eu gostaria de citar que desta Casa saiu uma indicação que visa à regularização da nossa situação, de 2004, aprovada pela então Comissão de Assuntos Fundiários. Visando a amparar a situação fundiária da igreja, saiu desta Casa um pedido de concessão de um documento, de concessão de uso, à Administração Regional de Ceilândia, que não pôde fazê-lo porque não é proprietária. Esse processo está arquivado nesta Casa.

Eu gostaria mais uma vez de informar que não somos invasores. Estamos ocupando uma coisa que está em processo de regularização. Qualquer informação está documentada tanto na justiça, quanto nesta Casa. Hoje a igreja está com um processo de reconhecimento jurídico de toda a sua documentação, processo esse cujo número eu gostaria de citar, encerrando a minha participação: Processo nº 1.683, de 2003, e Processo fixo nº 2013030029059/6. Nós não somos invasores. Estamos ocupando uma área e, como vocês, buscando a titularidade de algo que pertence à igreja.

Muito obrigado pelo aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pastor, o senhor colocou a sua posição, o nosso Talaguibonan colocou também a sua, estamos aqui buscando a solução para a regularização do Condomínio Privê. Portanto, não vamos transformar isso aqui em um debate paralelo, até porque não há projeto urbanístico – o Governo ainda irá fazer – e não existe registro. Na verdade, a situação do Residencial Privê – vamos acabar com o nome de condomínio, conforme propôs o Ari – é idêntica à de milhares de pessoas que nasceram, existem, transitam por aí, mas não se registraram; todos os veem, até os chamam pelos nomes: Pedro, Joaquim, Antônio, mas eles não existem perante o Estado. Chamam-no de Chico, Francisco, mas ele não existe perante o Estado; ele está passeando, andando, tem dificuldade, porque, às vezes, nem consegue embarcar em ônibus por falta de registro. Essa é a mesma situação do Residencial Privê, porque ele existe, todos que passam ali pela BR70 veem aquelas casas bonitas ali embaixo, mas ele não existe, do ponto de vista legal, perante o Estado. Estamos buscando legalizá-lo. A partir do momento em que ele

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

estiver legalizado, será feito o projeto urbanístico, serão destinadas as áreas públicas e estabelecidos os equipamentos públicos, além da escola que já existe, postos de saúde, áreas para as igrejas de todos os credos, porque o Estado tem de ser laico e tratar a todos igualmente, sem privilegiar esse ou aquele segmento. Isso será feito, mas fruto desse processo de regularização que estamos fazendo.

Eu queria chamar, para fazer uma saudação, uma pessoa que tem se empenhado muito na regularização do Residencial Privê e ajudado a nossa comunidade, a nossa companheira Deputada Federal Erika Kokay.

DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY – Eu queria saudar cada uma e cada um de vocês que estão aqui, lutando pela regularização. Essa luta é de todos. Estamos comungando de um mesmo objetivo, o de buscar as condições necessárias para regularizarmos o Residencial Privê. Saúdo, particularmente, o Deputado Chico Vigilante, um grande defensor desta cidade e de seu povo, que nasceu do ventre do compromisso com o povo de Brasília, nasceu politicamente a partir daí e com a justiça e os direitos sociais e está promovendo esta audiência pública. Saúdo também os representantes do Governo do Distrito Federal, que têm feito um trabalho extremamente profundo na perspectiva da regularização. Acho que nunca antes na história do Distrito Federal, desta capital, tivemos tantas ações que demonstrassem de forma muito clara o compromisso do Governo do Distrito Federal com a regularização de uma cidade cuja parte substancial está em condição irregular, com insegurança para seus moradores e moradoras. O que todos queremos é a regularização, para que o que é nosso seja realmente nosso e seja visto como nosso. Penso que estamos falando de moradia, mas moradia não é apenas a casa em que vivemos, é a cidade e a comunidade que nos rodeiam, são as relações que se constroem. Tem razão o Paulo Freire quando diz que nenhum de nós nasce feito, nós vamos nos fazendo. Somos fruto dos nossos antepassados e também, em eterna construção, das tramas das relações sociais que se estabelecem particularmente no lugar em que moramos.

Nesse sentido, gostaria de saudar de forma muito carinhosa o Antônio, Presidente da Associação Comunitária que tem feito um trabalho diuturno, bem como os companheiros e companheiras da associação, na perspectiva de levar qualidade de vida para aquela comunidade. O Antônio carregou tantas reivindicações do Condomínio Privê para tantas secretarias – de Educação, de Obras, de Habitação –, a fim de que ali tivéssemos um local em que fosse muito bom viver. O Condomínio Privê tem relações e vínculos comunitários que precisam ser valorizados, pois são fundamentais para que tenhamos um sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, eu gostaria de saudar todos os companheiros e companheiras que fazem parte da Associação Comunitária do Privê pelo trabalho que têm desenvolvido, muitas vezes enfrentando tantas dificuldades, enfrentando a violência, a insegurança – às vezes, uma escola que poderia ser mais ativa, mais pertencente à comunidade – e que buscam essas melhorias.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data:	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

Mas digo que o que nós queremos é que tenhamos a regularização. Eu acho que isso, como disse, é o que nós estamos comungando nesta tarde de quinta-feira do mês de outubro. É a necessidade da regularização, que possa ser compartilhada e discutida. Por isso, eu queria valorizar a fala do representante da Sedhab, Chico Floresta, que aqui falou da necessidade de termos uma comissão ou uma representação dos moradores e moradoras para acompanhar o processo de regularização. O local onde nós moramos, uma comunidade, um residencial tem que atender o conjunto dos nossos direitos. O ser humano não tem apenas o direito de morar. Nós temos direitos humanos que dizem respeito ao direito de estudar, a termos os espaços de fé, que precisam ser regularizados. Um projeto urbanístico tem que contemplar o conjunto das nossas necessidades, dos nossos direitos como seres humanos. Isso pressupõe áreas de lazer, de educação, de trabalho, enfim, todos os aspectos necessários para que nós possamos reafirmar essa condição divina que Deus nos deu, fruto de uma vontade divina, de sermos seres humanos, que têm a capacidade de dialogar com o futuro, com o infinito, com a paixão e a transformação.

E, nesse sentido, digo que é muito importante que nós tenhamos absoluta certeza de que a pessoa que se diz dona do condomínio ou que quer cobrar para que haja a regularização o faz ao arrepio da própria lei. Até porque as outorgas de propriedade do Incra têm condições de resolatividade. E uma delas significa não mudar a destinação da área e não alienar qualquer espaço ou imóvel se não tiver autorização da própria autarquia. Essas condições não foram cumpridas, observadas. Portanto, esse senhor não tem o direito de se contrapor ao próprio Estado. O direito quem tem são os moradores. Os moradores têm direito, porque ali constituíram uma cidade, constituíram suas vidas, suas relações, que precisam ser consideradas. E esse direito tem sido reconhecido por um governo que está traçando um novo caminho aqui no Distrito Federal e que está abrindo espaço, inclusive, para escutar a própria população, porque nós sabemos que, quando caminha o processo de regularização, aparecem casos que precisam ser analisados, aparecem as especificidades daquele local, que precisam ser consideradas, analisadas, com a sensibilidade necessária que este governo tem, pelo Poder Público.

Por isso, eu venho aqui para colocar o nosso mandato à disposição dessa luta da regularização do Condomínio Privê e digo que algumas condições, para que essa regularização aconteça e para que os prazos aqui estipulados pelo próprio representante da secretaria, o Chico Floresta, sejam cumpridos, estão dadas. Uma delas é a organização da comunidade, ter uma associação como tem. E aí, Antônio, eu quero mais uma vez parabenizá-lo, porque representa a comunidade e pulsa junto com o pulso da própria comunidade, atende os seus interesses e os transforma em luta e em reivindicações concretas. A outra é ter o Poder Público e particularmente o Governo do Distrito Federal com o compromisso de regularizar esta cidade, o Distrito Federal. E tem feito isso como nenhum outro governo. Muitos falaram, mas poucos fizeram. Nós temos um governo que tem caminhado para

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

regularizar as localidades que estão no Distrito Federal passíveis dessa própria regularização, assegurando o direito de morar.

Por fim, nós temos, vocês têm um Deputado da cidade, o Deputado Chico Vigilante, que é um Deputado, como diz o nome, absolutamente vigilante na defesa dos direitos da própria comunidade e dos moradores. São elementos que estão dados, que são absolutamente fundamentais e que nos dão a certeza de que, em pouco tempo, nós estaremos fazendo uma grande festa para comemorarmos a regularização do Condomínio Privê, porque ali há um povo que luta, porque ali há um povo que tem vincos, porque ali há um povo corajoso que não desiste nunca. Por isso os meus parabéns à comunidade

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigada, querida companheira Deputada Federal Erika Kokay.

Solicito ao cerimonial que faça a leitura de mensagem recebida por ocasião desta comissão geral.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – “Sr. Deputado Chico Vigilante, tendo em vista compromissos anteriormente agendados, venho comunicar a minha impossibilidade de comparecer à comissão geral promovida a partir da iniciativa de V.Exa., a qual tem por objetivo debater e encaminhar medidas com vistas à regularização fundiária do Condomínio Privê, em Ceilândia.

Cumprimentando a comunidade do Condomínio Privê, comunico que estou à disposição para fazer o que for necessário no sentido de assegurar regularidade às habitações desses ordeiros e laboriosos cidadãos, por entendermos que a moradia, mais do que um teto, é sobretudo um direito de cidadania que atua na paz familiar e social.

Atenciosamente,

Deputada Luzia de Paula.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra, para as considerações finais, tendo em vista que pude observar que ela anotou tudo e vai transformar numa verdadeira Bíblia de cumprimento das metas que estão sendo estabelecidas, à nossa Secretária de Regularização de Condomínios, Sra. Ralcilene Santiago.

SRA. RALCILENE SANTIAGO DA FROTA – Eu quero agradecer muito. Vocês não sabem, vocês acompanham de fora. Nós, que acompanhamos na parte de dentro, temos muita dificuldade quando a comunidade não tem essa unidade. Eu acho que o Deputado Chico Vigilante colocou uma questão importante, porque, quando nós terminamos de regularizar a Estrutural, eu quase sentei no chão e chorei quando vi que alguns moradores da própria Estrutural tinham impugnado a sua regularização. Isso é muito triste, porque, quando regularizamos uma área, como as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

diretrizes são muito rígidas, como a legislação é muito rígida, o Governador Agnelo coloca o nome dele em risco, eu coloco meu nome em risco, o Magela coloca o nome dele em risco, todos nós assumimos uma responsabilidade perante o Poder Público que um dia pode ser cobrada. Eu não sou Parlamentar e não serei Parlamentar, mas os Parlamentares e o governador podem ser cobrados inclusive do ponto de vista eleitoral. Então, quando vejo a comunidade disposta a ter essa unidade junto com o governo, junto com a Câmara, junto com o Deputado Chico Vigilante, e a comunidade se unindo, isso é muito importante, isso é um passo essencial, porque, acima de tudo, nós temos que fazer um processo que não é fácil.

Essa questão da comissão de moradores é muito importante, porque vamos ter que tomar certas decisões, e a comunidade vai ter que acompanhar cada passo para entender que, às vezes, não vai ser a melhor das decisões, mas a Socorro falou que nosso governo anterior – eu fui daquele governo também – chegou bem perto da regularização, e não deu tempo. Porque realmente a regularização de uma cidade leva em média, em qualquer canto do Brasil, uns dez anos. Então quatro anos realmente é muito pouco para nós concluirmos, e, com o apoio de Parlamentares como o Deputado Chico Vigilante, com o apoio do governo, com o apoio pessoal do governador empenhado nisso, conseguimos concluir a regularização da Estrutural, que foi uma cidade inteira, conseguimos concluir a regularização do Sol Nascente, etapa 1, e estamos encaminhando – o Ari acompanha isso, sabe disso, junto com o Deputado Chico Vigilante – as outras etapas e o Pôr do Sol.

É preciso realmente isso, porque, muitas vezes, nós não vamos poder chegar ao ideal, porque o ideal seria termos pelo menos mais quatro, seis anos de governo garantidos agora para que possamos dizer: “Vamos poder sentar e discutir cada situação da cidade.” Talvez não dê para discutirmos cada situação, talvez não dê para regularizar cada morador dentro daquele lote, talvez façamos a opção de regularizar o lote e depois, na segunda etapa, mais adiante, regularizar cada reparcelamento dentro do lote, e isso só se dará se a comunidade acompanhar dessa maneira, porque vão ser decisões que talvez não agradem a todos. Serão decisões difíceis, principalmente num momento em que nós só temos essa reta final do governo.

Como a Deputada Erika bem disse, nunca no Distrito Federal tantas regularizações estiveram tão próximas do término do processo. Nós temos aqui no Distrito Federal umas dez localidades grandes como o Condomínio Privê na reta final, e há o empenho do governador. Por isso, eu retorno, ele reforça o trabalho do Magela, com a minha presença, o do Grupar, o do Ari, o do Chico, o da Câmara, o de todos. Para quê? Para que a gente chegue ao final com o máximo de regularizações.

O Chico é um parlamentar realmente muito atuante, é uma pessoa de se admirar, porque, quando ele pega uma luta, vai até o final. Tenho certeza de que nós, junto com ele, junto com o nosso governo, junto com o governador, junto com todos os órgãos e com a administração, vamos chegar realmente à vitória.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

Porém – já digo isso porque eu sei, essa não é a primeira regularização que nós fazemos – eu sei que, em muitos momentos, vão até me xingar. Não tem problema, não é? Porque, se a Lene for xingada, mas, no final, estiver o Condomínio Privê regularizado, pode xingar. A Lene não se importa. Eu rezo, sou uma pessoa muito religiosa. Deus tira essas coisas de cima da gente.

Com o empenho de vocês; o empenho do Chico; o empenho de todos; o da Deputada Erika; o do governo, que está aqui representado pela administração da cidade que acompanha muito o processo, pela Secretaria de Habitação, pelo companheiro Magela, mas também pelo grande companheiro Chico, que é um lutador e que eu já conheço há muito nessa batalha e que construiu todo esse processo junto conosco desde o Grupar, eu sei que nós seremos vitoriosos – talvez não 100%.

Vocês vão dizer: Olha, Lene, não regularizou aquela igreja – eu também sou religiosa, eu disse, mas talvez a gente não regularize toda –, não regularizou aquele lote. Às vezes, a gente acaba regularizando metade de um e não regulariza o outro, mas vão ser situações que vão ficar para a segunda etapa, porque, se a gente for resolver tudo, nós não vamos regularizar nada. Infelizmente, essa é a situação que a gente vê. Então, é esse o empenho, é essa a contribuição.

Que a gente discuta muito antes e, pelo amor de Deus, eu não quero ver depois nenhuma impugnação, porque, quando vi a impugnação da Estrutural, eu nem estava mais no órgão, mas quase fui lá na Estrutural brigar com os líderes comunitários, porque, se a própria população impugnar, aí realmente nós não vamos ter... Depois de todo esse esforço dos Parlamentares, do Chico Vigilante, todo o esforço do governo do Agnelo, nós não podemos morrer por certo descontentamento. Infelizmente, nessa primeira fase, não dá para atender a todos, mas depois nós fazemos revisão, fazemos atualização, mudamos todo esse procedimento e vamos ter condições de, já numa segunda etapa do nosso governo – o que espero, trabalho para isso, lutamos todos nós para isso, para que a gente continue – realmente fazer a regularização ideal e a real.

A Erika falou, o Deputado Chico Vigilante também: é preciso realmente atender à comunidade, a suas demandas, e vamos procurar fazer isso, mas vamos em fase. Vai ser igual ao Jack, o Estripador: em partes – está bom? –, para que a gente possa ter êxito e avançar no sentido de que o Condomínio Privê também seja uma dessas áreas em que a gente consiga começar, no nosso governo, a escrituração, o registro mesmo, o recebimento da escritura.

Muito obrigada ao Deputado pelo convite. Obrigada à comunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado à Lene, nossa Secretária de Regularização.

Passa a palavra ao Sr. Elvio Meireles, Prefeito Comunitário do Residencial Privê. Vocês já viram que eu aprendi a não chamá-lo mais de condomínio.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

SR. ELVIO MEIRELES – Obrigado, Deputado. Realmente, o Residencial Privê será agraciado com essa legalização, não tenho dúvida, por parte de todos aqui presentes, o representante do Secretário de Habitação, Geraldo Magela, a Secretária, o Administrador Ari, que tem abraçado esse trabalho na Ceilândia, especificamente no Condomínio Privê.

Passaram vários governos, e nós, na esperança de legalizar o Privê, encontramos no governo atual essa premissa de dar cidadania a cada morador do condomínio. Será um grande presente quando estiverem com a escritura dos seus lotes em mãos, inclusive eu, que moro lá há vinte anos.

Obrigado, e que Deus abençoe essa caminhada, que a gente possa estar junto, caminhando juntos, buscando em harmonia o que há de melhor e de maior para o Condomínio Privê, que é a regularização. Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Elvio.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Barbosa.

SR. ANTÔNIO BARBOSA – Quero agradecer aqui a todos, e agradecer tudo o que ouvi, tudo que foi falado aqui nesta tarde, porque com certeza nós ouvimos a palavra final das pessoas que, realmente, estão empenhadas em resolver o problema do Condomínio Privê, que é a regularização.

Nós acreditamos tanto, que estamos aqui, porque, se não acreditássemos, não estaríamos aqui. Estamos aqui porque confiamos tanto na Deputada Federal Erika Kokay, que iniciou essa luta, como no Deputado Chico Vigilante, como no Ari e nos demais membros desta Mesa que estão empenhados em resolver essa situação.

Nós acreditamos, com certeza, que agora vai sair essa regularização, porque Deus está conosco.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Antônio.

Passo a palavra ao Gerente de Cartografia da Terracap, Júlio César, para suas considerações finais.

SR. JÚLIO CÉSAR REIS – Conforme eu disse na minha primeira fala, a Terracap não é parte direta nesse processo, porque não se trata de terras que pertencem ao patrimônio da empresa, mas a Terracap está à disposição para prestar o apoio que for necessário – viu, Lene? –, dentro do processo de regularização, no sentido de colaborar para que a regularização se concretize o mais rápido possível. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Júlio César. Certamente, nós vamos precisar da Terracap. Você já pode até levar a nossa mensagem ao Presidente Abdon, porque a Terracap tem como nos ajudar de maneira extraordinária no sentido da demarcação. A Terracap tem a melhor equipe de topografia desta cidade. Tenho visto o trabalho, Chico, que eles tem feito, de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

topografia e demarcação dos terrenos das creches. São 113 creches – centros de ensino infantil – que o governador está construindo. Portanto, a Terracap, Júlio, vai nos ajudar muito nisso.

Passo a palavra ao nosso companheiro, Deputado Distrital e agora Subsecretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Chico Floresta.

SR. CHICO FLORESTA – Eu queria apenas reafirmar aqui a posição do nosso secretário, Deputado Geraldo Magela. Antes de eu vir a essa comissão, ele me chamou, nós conversamos um pouco, ele pediu para retransmitir a sua posição. Quer dizer: a Sedhab estará presente nesse processo de regularização em toda a competência que lhe é atribuída. E há um aspecto a que eu já havia me referido que é o dos projetos urbanísticos, para o qual ele pediu urgência absoluta na revisão. Como eu disse, isso agiliza bastante o processo da regularização.

Então, os projetos de regularização serão construídos. Os que irão para o Grupar sairão da Sedhab com a maior celeridade possível. Esse é o compromisso do nosso Secretário Magela.

Como muito provavelmente ele vai me incumbir de acompanhar essa discussão com a comunidade, quero reafirmar, Chico, que acho que o Ari é a pessoa ideal para fazer a conjugação dos esforços de governo. Quer dizer: é o administrador que hoje está mais bem aquinhado pelo carinho da população da Ceilândia e que tem também um trânsito inegável em todos os órgãos de governo. Então, a ideia é de que o Ari, na minha avaliação – se o Deputado Chico Vigilante confirmar –, consiga conduzir esse processo de articular os esforços de governo.

Inclusive, foi boa a referência em relação à Terracap, porque, no pequeno período de gestão do nosso companheiro Abdon, muita coisa lá já mudou, do ponto de vista de agilidade de processo de matriz popular. Uma coisa é a Terracap cuidar das áreas de interesses de vários aspectos de arrecadação do governo, outra coisa é a resposta que precisa ser dada para resolver problemas como esse. Então, como o nosso amigo Júlio falou, e o Chico inclusive já solicitou, existe toda uma área técnica da Terracap que pode ficar a serviço desse processo, inclusive em dirimir esse problema da propriedade porque a Terracap tem uma *expertise* inegável nessa área. Nós vamos precisar disso porque o processo de regularização vai ter que ter um posicionamento em relação a essa questão. Isso é primário, é prévio, é básico. E nós podemos solicitar o concurso da Terracap para, junto conosco, rapidamente, dirimir essa questão porque também eu tinha conhecimento de que a terra era da Terracap, mas pode ser da União. Se houve uma reversão, se houve um processo judicial, eu acho que o setor jurídico da Terracap, junto com o setor jurídico das nossas duas Secretarias, pode agilizar a definição, essa parte jurídica da propriedade da terra. Isso é fundamental no nosso processo de regularização.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

No mais, quero dizer que o nosso Deputado Chico Vigilante já reafirmou aqui a necessidade do acompanhamento da comunidade, já marcou uma nova reunião lá no Residencial Privê, e dizer que o fato de ele ter convocado a Câmara para uma comissão geral é bem diferente de uma audiência. A comissão tem um poder específico de requisitar o posicionamento do governo em várias áreas. Então, eu acho que foi uma felicidade muito grande do nosso companheiro Deputado Chico Vigilante criar essa Comissão Geral para que nós possamos juntos todos – como disse nossa companheira Lene –, todos os órgãos de governo, atuarmos em sinergia para chegar nesse objetivo de no ano que vem cada um de vocês ter a escritura da sua moradia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado ao nosso companheiro Chico Floresta.

Eu passo a palavra, para as considerações finais, ao nosso companheiro, amigo, Administrador de Ceilândia, Ari de Almeida.

SR. ARI DE ALMEIDA – Obrigado, Chico. Vou tentar ser bem sucinto.

Há três situações que não podem acontecer. Primeiro, não pode ter uma disputa interna no Privê para quem vai ajudar a regularizar, quem vai ajudar a resolver a situação do povo do Privê. Quando a gente fala isso, essa é uma batalha nossa. Eu, enquanto Administrador, sinto-me morador do Residencial Privê. Eu, como morador de Ceilândia, também me sinto porque conheço a realidade ali. Então, primeiro, não pode haver vitoriosos nem derrotados nisso. O movimento organizado dentro do Residencial Privê tem que estar junto nesse processo de regularização para que não ocorra – como aconteceu – alguns incidentes em período curto que nós vivenciamos lá. Então, a gente pede primeiro isso, que a gente tente construir, junto com o movimento organizado da cidade, um acompanhamento que esteja contemplado com os moradores.

A segunda situação, que eu acho engraçada, é a seguinte: quando é do interesse individual de quem quer que seja, nós não podemos tratar como se fosse particular. Eu quero dizer o seguinte: o Setor Habitacional Privê, Secretária Lene, Secretário Chico Floresta, mesmo tendo a questão da sua regularização ainda nas mãos de uma situação particular, eu considero o residencial totalmente público, porque quando o esgoto estoura é lá na Administração que pipoca, quando a chuva destrói o asfalto é lá na Administração, quando o lixo está lá, Maurício, é lá na Administração. Então, eu, enquanto Administrador e responsável pela ordem pública da cidade, vou tratar toda a poligonal do Privê como área pública, de responsabilidade da Administração. A questão jurídica da regularização é um processo, Elvio, que já está sendo tocado. Então, não é porque eu quero que em determinado momento que ela seja privada, determinado momento que ela seja pública. Enquanto Administrador daquela cidade nós iremos tratar o Residencial Privê

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
17 10 2013		15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

como área totalmente pública, até porque toda infraestrutura que tem lá foi o governo que fez, e toda vez que precisa do governo, ele vai.

Então, não dá para ser diferente. Como Administrador, vou continuar tratando o Residencial como um setor totalmente público, uma vez que o condomínio já está em processo de regularização. Quando o governo abre o processo de regularização é justamente para sanar qualquer pendência que se tenha. Se o governo mais uma vez abre o processo de regularização é porque quer tornar a legalidade pública das coisas. Então, são essas duas observações que quero fazer.

Deputado Chico Vigilante, ouvi o Maurício falar da questão da infraestrutura. Quero lembrar a atuação que o nosso Vice-Governador Tadeu Filippelli teve naquele temporal da terça-feira. Por volta da meia-noite, Chico Floresta, o Vice-Governador esteve no Condomínio Privê – eu acompanhei a visita – acompanhando a questão das águas pluviais de lá. Não tenho dúvidas, por todo o conhecimento de S.Exa. do Distrito Federal e principalmente daquele setor, de que S.Exa. vai encaminhar as demandas de infraestrutura juntamente com a sua equipe de governo. O Vice-Governador estava viajando, não sei se já chegou, estou esperando o seu retorno para encaminhar as propostas de solução. Então, o governo está no intuito não apenas de regularizar a situação do Residencial Privê. O Deputado Chico Vigilante sabe disso, nós tivemos uma reunião na Secretaria de Educação para levarmos creche para lá. Eu falei, Chico Floresta, na última reunião que tive lá, que aquele lado direito, todo cercado, vai ser a garagem da empresa que colocará 700 ônibus na Ceilândia. Ela comprou aquela área particular e vai urbanizá-la e resolver a questão do lixo e do alagamento que existem ali. Então, são coisas que chegam para valorizar, não tenho dúvidas. Quando o Atacadão abriu uma loja lá gerou em torno de cem empregos para os moradores do Privê. Quando a São José tiver lá, não tenho dúvidas, Chico Floresta, de que serão mais cem empregos gerados para os moradores do Privê.

A equipe de governo está trabalhando para, dentro da nossa cidade, tratar e dar as condições necessárias. O Deputado Chico Vigilante, enquanto deputado e nosso aliado e condutor da gestão naquela cidade, tem discutido conosco o processo de regularização semanalmente e diariamente, não só do Privê como de outras áreas da Ceilândia.

Deputado Chico Vigilante, conforme disse no início, não tenho dúvidas de que temos de aproveitar a oportunidade de resolver para resolver. Por fim, não quero tratar, como a companheira Lene falou, do Jack que sai cortando tudo, eu quero é juntar tudo, eu quero é colar. Se juntarmos tudo, nós resolveremos os problemas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Uma comissão geral como esta dá bastante trabalho para ser realizada. Tem muita gente que participa e que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

ajuda diretamente. Por isso, quero agradecer de maneira especial, primeiramente, ao pessoal da Taquigrafia. Vocês veem que toda hora entra um e sai outro. Fica tudo registrado, até as vírgulas, não escapa nada do lápis desse pessoal que é altamente qualificado. Quero fazer um agradecimento especial à equipe da Taquigrafia, que está registrando tudo.

Agradeço também à equipe do cerimonial, na pessoa do Kennedy; ao pessoal da segurança da Câmara Legislativa, o Sete, a Fernanda, a Paula, Carlos Roberto, Izabel e Célio; quero agradecer ao operador de som, Júlio, que está ali controlando o som e tudo; ao pessoal da copa, que trouxe um café de alta qualidade para nós, o Francisco e a Ruth – vocês puderam verificar que eles nos atendem cada um com um sorriso no rosto, o que é muito importante –; a equipe do meu gabinete, Fred, Nilsete, Idalina, Mônica, Fabiana, Vítor, Laura, Denise, Maria Nunes, Marcelo, Pádua, Iracema e Luci.

Dia 23 vamos fazer uma reunião lá. Por isso quero pedir ao Chico Floresta, Lene, Júlio e Ari uma coisa: hoje temos um único objetivo, a regularização, a titularização para que vocês tenham efetivamente este documento na mão para mostrar, para exibir para todos que aquele pedaço de terra é de vocês. Para isso, precisamos de muita unidade, precisamos quebrar determinados preconceitos, precisamos ter em mente que temos um único objetivo, comum, que é a regularização. Essa regularização une a todos, espíritas, católicos, evangélicos, pessoas que não têm religião, mas têm de ser respeitados na sua opção – respeitamos do mesmo jeito –, brancos e negros. Não queremos nem saber de que partido a pessoa é, porque neste momento a gente só tem um partido, a regularização do Residencial Privê.

Portanto, eu quero pedir isso a vocês. Nós vamos continuar fazendo esse trabalho, fazendo o acompanhamento, enquanto presidente dessa ação. Nós estamos colocando o companheiro Ari, seguindo a sugestão do companheiro Chico Floresta, para ele ser o coordenador por parte do governo, com acompanhamento permanente. Vocês, depois, vão constituir um grupo de pessoas e vão se apresentar ao Ari para, junto com ele, encaminharem.

No dia 23, às 10h da manhã, nós vamos fazer uma nova reunião. E aí não é audiência nem comissão. É uma reunião para verificarmos em que avançamos nos trinta dias. E também, com um único objetivo: discutir o Residencial Privê. Lá não vamos discutir outro assunto que não seja a regularização. Não é o caso, eu estou apenas alertando. Quando as pessoas quiserem falar de outro assunto, vão falar em outro canto. Na audiência nos vamos tratar única e exclusivamente da regularização do Residencial Privê.

Eu acho que se a gente pegar pra valer mesmo, como diz lá no Nordeste, lá no meu Maranhão, se a gente pegar o boi pelo chifre, a gente segura e faz. Se a gente ficar só espantando o boi, ele fica enfezado e você não realiza nunca. É por

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
17 10 2013	15h25min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

isso que precisamos efetivamente de unidade. É preciso que todos remem para o mesmo lado.

Eu tenho um exemplo que eu gosto de contar, um provérbio. A minha mãe falava muito isso para nós: a família precisava estar unida. A estória é simples. Estavam dois burros morrendo de fome e tinha uma moita de capim. Capim verdinho, e os burros com fome. Um amarrado em uma ponta da corda, e o outro amarrado na outra ponta. Em vez de unir os dois, para eles irem comer o capim, porque assim eles iam tomar mais força até achar outro capim, não! Eles ficaram um querendo comer o capim, e o outro sem deixar comer, porque ele queria comer sozinho. Aí puxaram a corda, cada um para um lado. A moita de capim ficou lá, eles morreram de fome, e o capim continuou. Se os dois tivessem se unido e ido lá comer o capim, eles tinham se salvado.

É a mesma coisa de uma luta como essa. Se um puxar para um lado e o outro puxar para o outro lado, não vai resolver nunca. Agora, se todos pegarem o barquinho, sentarem na proa, arrumar os remos, e todos remarem para o mesmo lado, aí vai até chegar à margem segura. Se ficar um remando para um lado, e o outro remando para o outro, termina vindo um redemoinho de água, vira o barquinho e todos caem. Lá embaixo devem ter algumas piranhas e alguns jacarés, porque sempre há, que dão conta deles. E eles não conseguirão chegar à margem seguros.

Portanto, a gente precisa que todo mundo esteja efetivamente remando no mesmo caminho. E aí, cada um fala a sua linguagem. O espírita, o umbandista vão falar a linguagem deles, também se dirigem a Deus. O evangélico, o pastor vai falar sua linguagem, vai se dirigir a Deus. O padre, no início estava o Padre Caio, vai pedir a Deus. E Deus vai abençoar a todos nós. Porque capeta para atrapalhar já tem demais. Sempre tem! Rezam todos, espantam os capetas, e a gente faz. A bênção é a vitória final.

Eu gostaria de agradecer a presença dos parlamentares, das autoridades do governo e da comunidade aqui representada por suas lideranças e pelas pessoas moradoras que contribuíram de modo relevante para o sucesso desse evento.

Declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária do dia de hoje, quinta-feira.

Obrigado a todos e a todas.

(Levanta-se a sessão às 17h44min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – **Impressão:** Seção de Produção Gráfica
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br